

CONCURSO

Contra a Redução da Idade Penal e a Favor da Cidadania

Adolescentes, professores e educadores de todo o estado de São Paulo atenderam ao chamado da Campanha Contra a Redução da Idade Penal e colocaram arte e criatividade em mais de 400 trabalhos inscritos, entre fotos, textos, músicas e atividades pedagógicas sobre o tema.

Chegou a hora de conhecer os escolhidos

18 de agosto, das 16hs às 22hs

- Apresentação do resultado do Concurso
- Abertura da exposição dos trabalhos
- Lançamento do gibi "O futuro do Brasil não merece cadeia", com os trabalhos dos premiados
- Shows de música e dança

19 de agosto, das 10hs às 20hs

- Exposição dos trabalhos
- Shows de música e dança

Local: Teatro do SESC Pompéia – Rua Clélia, 93 – São Paulo

O futuro do Brasil não merece cadeia

tema e documento



10 ANOS DO ECA
estatuto da criança
e do adolescente



Conselho Regional de Psicologia SP

psi

jornal de psicologia  crp sp

ano 19 • número 128 • maio / junho 2001



A família explodiu...

e comporta hoje múltiplos modelos

02 Editorial

Cartas

Chapa

Para cuidar da profissão em SP.

Informe da Comissão Regional Eleitoral.

04 Eleições

Diálogos

A trajetória de Pedro Pontual, psicólogo e secretário de Participação e Cidadania de Sto. André, SP.

08 Opinião

Por que a psicanálise de crianças é a psicanálise?

Evento

Confira as decisões do I Fórum Nacional de Avaliação Psicológica.

10 Sociedade

Novos comportamentos mudam a cara da família tradicional.

12 Convivência

Mulheres e jovens passam a ter mais direitos no espaço familiar.

Gênero

Papéis atribuídos a masculino e a feminino não são mais rígidos.

14 Uniões

O casamento flexibiliza se; filho adotivo deixa de ser assunto intocável.

Solteirice

Ser solteiro não é o mesmo que ser "enclachado".

16 Informática

As políticas de privacidade e a Internet.

Livros

Novos e velhos modelos da psicoterapia familiar.

18 Notas

Clínicas-escola em debate; Sextas éticas etc.

Orientação

O atendimento psicológico domiciliar, área ainda pouco conhecida.

Agenda

19



Conselho Regional de Psicologia SP

Psí Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Lumêna Almeida Castro Furtado
Vice-presidente | Odette de Godoy Pinheiro
Secretária | Carmem Sílvia Taverna
Tesoureiro | Ana Stella Álvares Cruz

Conselheiros efetivos

Alexandre Nicolau Luccas, André Isnard Leonardi, Bronia Liebesny, Katia Rubio, Lelliane Gliosce Moreira, Mariângela Aoki, Odair Furtado, Paulo Roberto de Camargo, Rachel Contrucci Alvim, Rogério Izidro Duran, Sandra Maria Sawaya, Wania Conselheiro Sequeira e Wanda Maria Junqueira Neves

Conselheiros suplentes

Adalberto Botarelli, Carla Bertuol, Edinilton Santa Rosa, Elisa Sayeg, Inez Guimarães Pistelli, José Siqueira de Brito Lyra, Márcia Cabral Meireles, Maria Regina Namura, Milton Baldon, Rafaela Cocchiola, Sérgio Ozella, Sueli Pereira Pinto e Valéria Pereira

Gerente-geral Diógenes Pepe

Comissão de Comunicação

Carolina Ribeiro, Elisa Sayeg, Elizabeth Arouca, Inez Guimarães Pistelli, Katia Rubio, Rafaela Cocchiola e Wania Conselheiro Sequeira

Edição e textos Luís André do Prado (MTb 2212)

Reportagem Cristiano Tsonis

Revisão de textos Claudia Padovani

Fotos Márcia Zoet, Documenta

Projeto gráfico e Editoração Fonte Design (11) 3081 5892

Ilustrações Claudia Gil | Gilberto Tomé

Impressão Prol Gráfica

Tiragem 48.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo - SP
tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Site http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 322 6224, 322 3932
Bauru | tel. (14) 223 3147, 223 6020
Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516
Ribeirão Preto | tel. (16) 620 1377
Grande ABC | tel. (11) 4436 4000
Santos | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441
São José do Rio Preto | tel. (17) 235 2883, 235 5047
Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

“A parceria que os homossexuais querem é a da família mesmo, como todo ser humano. A família que já se partiu, abortou e se divorciou, mas continua estruturada – embora sobre os destroços de sua própria ruína, fundada na culpa sanguínea, na partilha de mesquinhas heranças ou da falta de herança.”

Marilene Felinto, FSP, 08/07/1997

“Eu acho que a monogamia é uma violência. É uma antinatureza. Você vê muito raramente na natureza a monogamia.”

Ciro Gomes, FSP, 08/01/1998

“Tenho família para todos os lados.”

Maria Fernanda De Lamare, estudante de 18 anos. Revista *Veja*, 17/03/1999
(Sobre os irmãos que ganhou depois do recasamento de seus pais.)

“De acordo com a Organização Mundial da Saúde, família são aqueles que vivem sob o mesmo teto, compartilhando direitos e deveres e, principalmente, pessoas unidas por laços afetivos. A família deve compartilhar as diferenças que existem na sociedade.”

Tânia Mascarenhas, psicóloga, Revista *IstoÉ*, 13/05/1998



Faz escuro, mas eu canto

Nunca o famoso verso do poeta Thiago de Melo foi tão atual. A diferença é que, de metáfora aos tempos negros da censura e repressão sangüinária da ditadura militar, ganhou nesses tempos bicudos de "apagão" neo-liberal um sentido inteiramente literal. Vivemos não apenas sob o medo da violência generalizada, da miséria institucionalizada, mas agora também sob o temor do escuro, com a iminência do *black out*. O paralelo dessa escuridão atual com aquela de quando o poema foi escrito é ainda mais melancólico se pensarmos que o poeta denunciava o obscurantismo representado pela ausência de democracia política, quando a sociedade reclamava pela volta das eleições, com o Movimento pelas Diretas Já. Duas décadas depois do retorno ao convívio democrático, o Brasil ainda não conseguiu tomar o rumo da justiça social, com um governo ocupado em oferecer condições mínimas básicas de qualidade de vida à grande maioria da população.

Mas, apesar da escuridão, nosso espírito se mantém - como o do poeta - otimista e, com ou sem "apagão", continuamos cantando e acreditando que saídas existem. No Sistema Conselhos de Psicologia, por exemplo, estamos vivendo um momento importante de construção democrática. No dia 24 de junho, concluímos o **IV Congresso Nacional da Psicologia**, resultado do envolvimento de milhares de psicólogos em todo

o Brasil, que se debruçaram sobre o cotidiano do exercício profissional do psicólogo, nas mais diferentes realidades brasileiras e extraíram dessa reflexão coletiva mais de 700 teses apontando a direção política para o trabalho a ser desenvolvido nos próximos três anos. Delegados eleitos em todos os estados se reuniram em Brasília; saímos dali com a certeza de que o caminho, apontado no relatório final do IV CNP, é o da busca por uma sociedade mais justa e igualitária, onde as políticas públicas sejam implantadas com qualidade e para todos; de uma prática profissional qualificada e comprometida com as mudanças sociais; de uma formação generalista e capaz de preparar profissionais sintonizados com as necessidades da sociedade brasileira; de uma possibilidade real de inclusão dos segmentos excluídos do processo de desenvolvimento social, tendo na ação psicológica uma contribuição importante nessa direção.

Caminhamos agora para um novo momento nesse processo: **dia 27 de agosto elegeremos as chapas que conduzirão nossos Conselhos Regionais e Federal nos próximos três anos**. Todos estão convidados a participar ativamente, exercendo seu direito ao voto. Trazemos nesta edição a plataforma da única chapa que concorre ao CRP SP. Vale lembrar aqui que a atual gestão sempre defendeu o fim do voto obrigatório, mas efetivar esse compromisso não foi pos-

sível, por um problema legal. Durante o curto período (entre 1998 e 1999) em que o Conselho deixou de ser uma autarquia, tivemos autonomia para determinar nosso regimento eleitoral, e esse foi um dos itens alterados. A volta ao sistema autárquico, em setembro de 1999, por determinação do Supremo Tribunal Federal, revogou nossa autonomia nesse sentido.

O voto, portanto, continua obrigatório. Mais importante que isso, porém, é que continua pleno de significado. O fato de termos "chapa única" não deve ser visto como um desestímulo ao debate das propostas que estão sendo colocadas pelo grupo que se candidata. Como em qualquer processo eleitoral, o voto é o *referendum* que a categoria dá às propostas colocadas e que deve ser espontâneo e consciente. Informe-se sobre o processo eleitoral (veja pág. 4), fique atento aos detalhes necessários para a votação.

De 17 a 27 de agosto, acontecerá a **Semana do Psicólogo**, tendo como tema "**Incluir para mudar**", quando estaremos realizando, na sede e nas subseções do CRP SP, diversos eventos que nos permitirão debater e refletir sobre o compromisso da Psicologia com um exercício profissional em favor de uma "cidadania plena a todos". Não deixe de participar!

Lumêna Almeida Castro Furtado

Conselheira-presidente do CRP SP

Cartas

Saúde mental

Fala-se tanto sobre "revolução da saúde mental" e eu há pouco tenho tido contato, em nível não só profissional como particular, com o setor de psiquiatria do Hospital das Clínicas, especificamente com a Astoc - Associação Brasileira de Síndrome de Tourette, Tiques e Transtornos Obsessivos Compulsivos. Pude perceber como é precária ou quase ignorada por psicólogos, educadores e outros profissionais de saúde e educação principalmente a questão da Síndrome de Tourette (tique/S.T.). (...) Peço a esse espaço informativo que divulgue mais sobre tal organização e a Síndrome para que nós, psicólogos, também cheguemos mais próximos de um "mal" que aflige tanta gente e sobre o qual tão pouco conhecemos.

Celeste N. P. Gatti, CRP 06/28506-5 - São Paulo, SP (por carta)

Este jornal procura ser o mais abrangente possível na seleção dos assuntos abordados. Sua sugestão de pauta será apreciada pela Comissão de Comunicação do CRP SP.

Saúde pública

Gostaria de ressaltar a importância da edição do **Psi Jornal de Psicologia** nº 127, em que se destaca a nossa inserção no macrocampo da saúde pública. Tive a oportunidade de representar nosso país no I Congresso Latino-americano de Psicologia da Saúde, realizado em maio último no México, no qual pudemos, com muita honra, receber o *referendum* da comunidade científica internacional às produções científicas e de assistência dos psicólogos brasileiros no campo da Psicologia Hospitalar. Esse evento teve como seu marco principal a confecção da

"Acta de Veracruz", documento (...) em que se propõem diretrizes para a inserção da Psicologia da Saúde nos programas ligados à promoção da saúde e do desenvolvimento humano. Como responsável designado pela Junta Diretiva da Alapsa para difusão desse documento no Brasil, venho consultar o CRP SP sobre o interesse neste. (...)

Ricardo Werner Sebastiani, CRP SP 06/07077-6 (por e-mail)

Simplesmente fiquei encantado ao receber o último jornal do CRP SP; a começar pela capa - tanto no título quanto pela foto de extrema sensibilidade. Mas o espanto maior foi quando me deparei com a leitura das reportagens (...); tive a impressão de estar lendo sobre assuntos familiares e que, a meu ver, conseguiram apresentar a realidade do papel da Psicologia no cenário da saúde pública do País. Destaque especial também para matéria da Isabel Cristina Lopes (pág. 7), que revela a importância de nossa participação nos coletivos sociais, enquanto atitude revolucionária. Parabéns! Também aproveito a ocasião para solicitar informações sobre a ONG SOS Saúde mental. (...) E quanto ao próximo Psicodrama Público? Como posso obter detalhes sobre datas e locais? Será que também posso participar dos próximos?

Valdemar Donizeti de Sousa, CRP SP 5458 8-9 (por e-mail).

As informações sobre a "Acta de Veracruz são da maior importância e serão apreciadas pela Comissão de Comunicação do CRP SP como assunto de matéria para nossas próximas edições. Contatos com a ONG SOS Saúde Mental podem ser feitos pelo tel. 6682-2892, e-mail sosmental@hotmail.com ou cristina_lopes@hotmail.com Sobre os Psico-

dramas Públicos, temos a informar que a organização dos mesmos é feita pelo Movimento da Ética e Cidadania - Psicodrama da Cidade -, que tem promovido psicodramas de menor porte com servidores públicos de SP e com a população. O maior psicodrama previsto para data próxima acontecerá em Guarulhos. Psicólogos interessados em participar como psicodramatistas ou em obter informações sobre os eventos devem ligar para o tel. (11) 3862-3587, ou escrever para o e-mail magreeb@osite.com.br

Novo site

Parabéns pelo nosso site... Claro, completo, com informações úteis para a nossa população.

Elenice Aparecida Ferro Carlos (por e-mail)

Gostaria de parabenizar vocês pelo site, muito bom de se navegar, e também saber como posso adquirir o jornal, pois sou estudante de Psicologia e gostaria de poder usá-lo em sala de aula.

Marcus Phlavio Goes dos Reis (por e-mail)

Primeiramente, quero cumprimentá-los pelo excelente trabalho que o CRP SP vem realizando, colocando a Psicologia "no mundo", saindo das quatro paredes do consultório. (...)

Lucimara Martins (por e-mail)

Agradecemos aos diversos psicólogos que enviaram mensagens elogiosas ao novo conteúdo e design do novo site e à atuação deste Conselho. Nosso jornal não é vendido; sua distribuição é gratuita aos profissionais registrados no Conselho; estudantes devem obtê-lo pessoalmente, na recepção do CRP SP, até seu esgotamento. ●

Plataforma eleitoral: Chapa "Para cuidar da profissão em São Paulo"

Em 1997, assumimos pela primeira vez a direção do Conselho Federal de Psicologia e, em 1998, a direção de vários Conselhos Regionais, inclusive São Paulo. Nesses anos mudamos a cara dessa entidade. Aglutinamos, incluímos, construímos, fizemos circular Psicologia, MOSTRAMOS a Psicologia. Vinculamos a Psicologia aos Direitos Humanos e às Políticas Públicas. Inserimos a Psicologia brasileira na América Latina. CUIDAMOS DA PROFISSÃO. Tomamos a nosso encargo a profissão e trabalhamos para qualificá-la. Nossa disposição inicial transformou-se em um projeto de futuro.

O futuro da Psicologia brasileira passa pela sua capacidade de se fazer útil à maioria da população. Planejar esse futuro coletivamente e colocar em prática esse plano implica organização coletiva, diálogo, convivência da diversidade; implica gerir com parcimônia e transparência a entidade. Com essa experiência que você viu acontecer no Conselho Federal de Psicologia e no Conselho Regional de São Paulo, vimos pedir seu voto. Apresentamos nossa plataforma eleitoral.

O Conselho é uma entidade de mediação entre a sociedade e a profissão.

Como órgão público de defesa dos interesses da sociedade, a atuação dos Conselhos, em suas funções de regulamentação, orientação e fiscalização do exercício profissional, deve sempre **oferecer referências para uma profissão ética, cidadã, qualificada** que responda às necessidades da população brasileira.

Deve construir referências para a Psicologia e fazer isso garantindo **formas democráticas, inclusivas, que considerem a diversidade da Psicologia**.

- Fortalecer as formas democráticas já conquistadas.
- Intensificar a participação dos psicólogos do interior.
- Implementar uma política de descentralização com maior participação dos psicólogos nas formulações de política para o Conselho Regional.
- Manter um compromisso com as decisões democráticas da categoria.

Para cuidar da profissão:

- **Qualificar a profissão** guiando suas ações pelos princípios dos Direitos Humanos e da defesa de políticas públicas.
- **Manter compromisso com uma Psicologia de caráter crítico.**

Trabalhar para dar visibilidade a uma Psicologia que inove formas de relação com a sociedade e coloquem a Psicologia a serviço da maioria da população.

- **Contribuir para o desenvolvimento das áreas emergentes da Psicologia**, apoiando a realização de eventos, o desenvolvimento e a criação de entidades da área, divulgando as produções científicas e as experiências profissionais.

- **Cooperar com o avanço de áreas já instituídas.** Essas áreas, por já terem uma tradição na profissão, ficam um pouco isoladas e, às vezes, não se fazem presentes nas preocupações dos Conselhos. É preciso resgatá-las e contribuir para seu desenvolvimento.

- **Colaborar para fortalecer o desenvolvimento de áreas** que, já estando instituídas na Psicologia, ainda necessitam de apoio para que se consolidem no mercado de trabalho e na formação em Psicologia.

- **Contribuir para que as novas tecnologias, como a informática, sejam absorvidas pela Psicologia**, como avanço de nossas formas de intervenção. É preciso incentivar pesquisas que avaliem a inclusão dessas tecnologias no trabalho do psicólogo.

- **Qualificar as práticas.**

Trabalharemos para a qualificação das práticas em Psicologia e a requalificação do instrumental técnico.

- **Resgatar a história.**

Pensar e planejar o futuro implica a reconstrução histórica da Psicologia. Sua trajetória, seus compromissos com a sociedade brasileira, suas formas de intervenção e suas idéias devem ser revisitadas sempre, para que possamos avançar.

- **Difundir a Psicologia.**

É preciso espalhar Psicologia. Fazer circular conhecimento para que possamos ampliar o debate e trabalhar na direção da qualificação. Contribuir com iniciativas, como o Index Psi, a Biblioteca Virtual de Psicologia e o Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão.

- **Contribuir para o desenvolvimento de uma formação de qualidade.**

É preciso apoiar e fortalecer a ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - incentivando o debate sobre a articulação da profissão com a formação.

- **Apoiar a construção de projetos coletivos e nacionais.**

A realização da 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia inaugurou a possibilidade de um projeto nacional e coletivo

para a profissão. Deveremos trabalhar para fortalecer iniciativas como essa.

- **Fortalecer relações com entidades.**

É preciso contribuir para reunir a Psicologia. Fortalecer espaços de interlocução e formas organizativas da categoria. Devemos buscar também parcerias com entidades de outras profissões, fortalecendo lutas democráticas.

- **Inserir a Psicologia Brasileira na América Latina.**

A Psicologia, para assumir um compromisso com a realidade brasileira e as necessidades da população, precisa se inserir na América Latina. Precisa transformar a latino-americanidade em um de seus eixos.

- **Participar, intensa e amplamente, nos movimentos sociais e órgãos de controle social.**

Não há como separar nossa busca por uma Psicologia a serviço da transformação da sociedade sem estarmos apoiando e promovendo movimentos da sociedade civil que aglutinam e direcionam esforços para uma sociedade melhor. ●

COMPONENTES DA CHAPA

EFETIVOS:

Ana M. B. Bock
André I. Leonardi
Elcio S. Sequeira
Emília E. Broide
Inez G. Pistelli
Kátia Rubio
Leliane M. A. G. Moreira
Elcimara M. R. Mantovani
Maria da Graça M. Gonçalves
Mariângela Aoki
Rachel C. Alvim
Rafaela A. Cocchiola
Rogério I. Duran
Sérgio A. S. Leite
Wanda M. J. Aguiar (Ia)

SUPLENTE:

Adalberto Botarelli (Santo André)
Ana Gabriela P. Andriani
Ana Paula P. Jardim (Ribeirão Preto)
Carla Bertuol (Santos)
Chica H. Guimarães
Débora C. Fonseca (Bauru)
Ednilton J. Santarosa (Santo André)
Eliana A. M. Silveira (Campinas)
Elisa Z. Rosa
Fátima R. R. C. Taino (Taubaté)
João Bosco
Jorge Broide
Maria José M. R. Berto (S. J. Rio Preto)
Marilda Castelar
Vânia C. Sequeira

Processo eleitoral terá urnas eletrônicas

No próximo dia 27 de agosto serão realizadas as eleições dos Conselheiros Efetivos e Suplentes do Conselho Regional de Psicologia SP e a Consulta Nacional para indicação de membros Efetivos e Suplentes para o Conselho Federal de Psicologia. A eleição no Conselho Regional de Psicologia SP apresenta, este ano, uma novidade: a utilização de urnas eletrônicas, gentilmente cedidas pelo Tribunal Regional Eleitoral, que nos dão a oportunidade de atualizar o nosso processo de votação. Isso resultará em maior rapidez na hora do voto e agilidade na apuração.

As inscrições das chapas do CRP foram até o último dia do Congresso Regional, realizado nos dias 18, 19 e 20 de maio. Uma única chapa inscreveu-se. Para o CFP, a inscrição teve início no IV Congresso Nacional de Psicologia, realizado de 21 a 24 de junho, em Brasília, e a divulgação das chapas será feita após sua aprovação.

O Processo Eleitoral, como um todo, é organizado pelo Regimento Eleitoral, juntamente com as Comissões Regionais Eleitorais. De acordo com o Regimento, as chapas são inscritas mediante declarações e acompanhadas de plataforma de trabalho, que serão avaliadas pelos departamentos competentes e pela Comissão. Após aprovação, as chapas terão direito a espaço reservado no jornal (veja na pág. 3), sites e folders para divulgarem sua plataforma eleitoral. •



Voto é secreto, pessoal e obrigatório

Segundo o Regimento Eleitoral, o voto é secreto, pessoal, obrigatório e não é permitido o voto por procuração. Para votar, os eleitores devem estar inscritos nos Conselhos de Psicologia, em pleno gozo de seus direitos e em dia com as suas anuidades até o ano 2000, ainda que em parcelamento. Os locais de votação e as chapas inscritas para CRP SP e CFP serão divulgados em edital no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 28 de julho.

Os psicólogos receberão correspondência nos seus endereços cadastrados no CRP SP, e o local de votação será determinado pelo CEP registrado na base de dados do CRP SP. Os psicólogos cadastrados fora da região votarão por correspondência (Capital e Subsedes), e para isso estarão recebendo uma carta com as orientações e os procedimentos para o preenchimento da cédula de votação.

Contamos com a sua participação e presença no próximo dia 27 de agosto, para melhorar as condições de vida e de trabalho não só de nossa categoria, como de nosso país. Pois é pelo voto consciente que teremos condições de cobrar um futuro melhor para a nossa categoria e sermos reconhecidos como uma profissão do futuro.

Debate

Norte-Nordeste discutiu Psicologia e realidade brasileira

A cidade de Salvador sediou, entre os dias 23 e 26 de maio, o II Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, que teve como tema "Psicologia e Realidade Brasileira: Produção Contemporânea e Políticas para o Desenvolvimento". Foram cerca de 800 trabalhos inscritos e quase três mil participantes. Na abertura, o presidente do CRP 3ª Região (Bahia e Sergipe), Miguel Angel Cal Gonzalez, destacou a participação de "um segmento da categoria que pretende um futuro crítico, comprometido com a maioria da população e envolvido com a construção de uma Psicologia transformadora". Cursos, workshops, simpósios, mesas-redondas

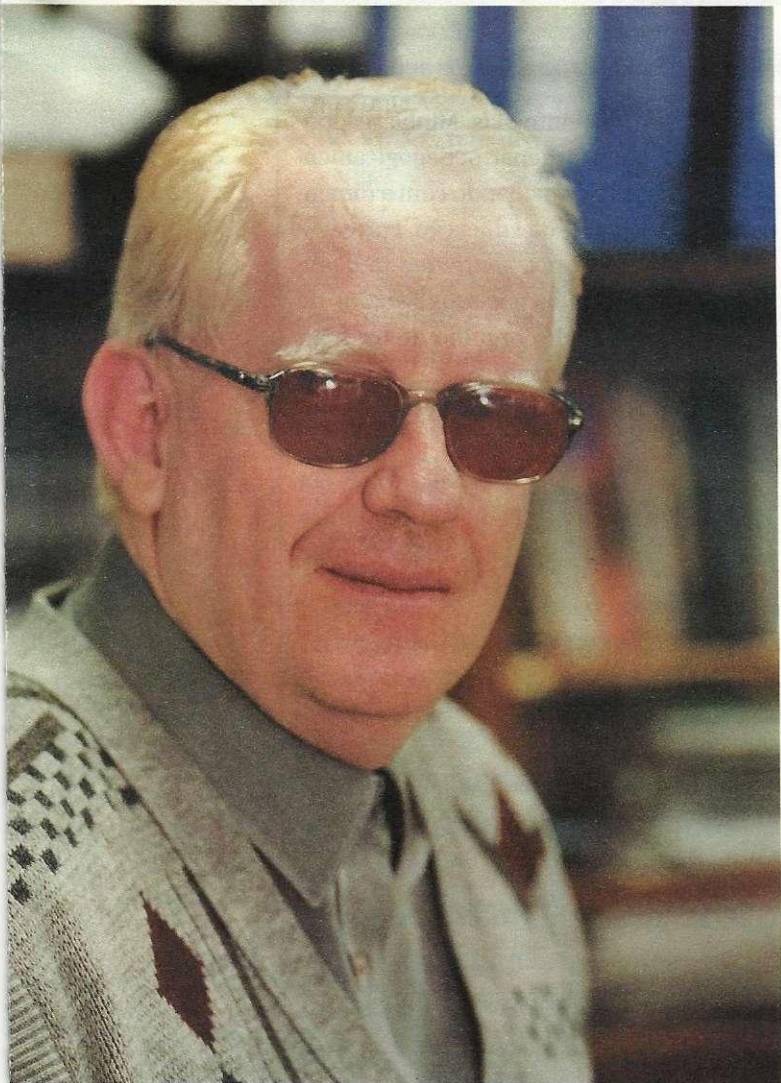
e painéis contemplaram áreas como Psicologia da Saúde e Saúde Mental, Psicologia Social e Comunitária, Psicologia Clínica e Formação em Psicologia, dentre outras.

A diversidade temática foi uma das marcas do II Congresso, confirmando a importância que o evento vem conquistando desde sua primeira edição em 1999. "A participação da comunidade acadêmica, que teve oportunidade de mostrar sua produção em Salvador, foi um dos destaques positivos do Congresso", destaca Odair Furtado, conselheiro do CRP SP. Também de grande relevância foi o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia, evento parale-

lo que reuniu pela primeira vez representantes de todas essas organizações da categoria em torno do tema "Psicologia em Alerta". Outros eventos simultâneos foram o II Congresso e o II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, Abep, que elegeu sua nova diretoria, além do I Seminário Nacional de Formação em Psicologia, que discutiu as alterações curriculares e a qualidade dos cursos de Psicologia. Esse Seminário contou com a participação de professores e coordenadores dos cursos de Psicologia e dos Serviços de Psicologia/Clínicas-Escolas das principais universidades brasileiras. •

Um olhar plural sobre a realidade

Psicólogo e educador, discípulo de Paulo Freire e atual secretário de Participação e Cidadania da Prefeitura de Santo André, SP, Pedro Pontual tem uma trajetória extensa e marcada pelo compromisso social. Militou na luta pela queda da ditadura militar nos anos 70, época em que iniciou seu trabalho com comunidades excluídas por intermédio do Instituto Sedes Sapientiae. Em meados dos anos 80, integrou a equipe do Instituto Cajamar, voltado para a formação de lideranças políticas e populares; em seguida, acompanhou Paulo Freire na implantação do Projeto do Mova – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – durante o governo de Luíza Erundina na Prefeitura de SP. Os passos dessa caminhada ele relata



na entrevista aos psicólogos Odair Furtado, Maria de Lourdes Trassi Teixeira, Ana Bock e Cibeles Simão Lacerda.

Ana Bock – Você se entende como psicólogo no exercício do que faz atualmente?

Pontual – Apesar de estar hoje no exercício de uma função em governo municipal, minha origem tem muito que ver com o mundo das organizações não-governamentais, a sociedade civil, e faço questão de manter esse vínculo. Sou membro da diretoria de uma ONG ligada à área de educação e juventude, que é a Ação Educativa, em São Paulo; em nível latino-americano, desde setembro do ano passado me coube a tarefa de presidir um conselho de educação de adultos para a América Latina, chamado CEAAL, uma rede de duzentas ONGs que atuam em distintos campos temáticos da educação na América Latina. Tudo o que faço considero atuação de psicólogo, ainda que aparentemente esteja distante do que tradicionalmente se convencionou chamar de Psicologia. Sinto-me um psicólogo porque, em todas essas práticas, há sempre o olhar e a preocupação com o processo pedagógico e psicológico. Em Santo André, no processo do orçamento participativo, tenho sempre a preocupação, para além das conquistas materiais envolvidas – obras, serviços, programas etc. –, de ver em que medida a participação do cidadão, individual e coletiva, tem propiciado novos aprendizados para a vida de cada um e da coletividade. No Departamento de Defesa dos Direitos da Cidadania, temos a responsabilidade de coordenar políticas de afirmação de direitos, observando a diversidade dos cidadãos por meio de cinco assessorias; desenvolvemos políticas de afirmação dos direitos das mulheres, da terceira idade, da juventude, dos portadores de deficiência e da comunidade negra. Essas políticas estão fortemente marcadas pelo olhar do psicólogo. Não é à toa que convidei para dirigir esse departamento uma psicóloga: a Cibeles, que está aqui conosco. Afirmar direitos significa construir as identidades desses segmentos, coletiva e individualmente. Ao construir políticas públicas como espaços de constituição de cidadãos é importante não sermos pragmáticos e restritos.

Odair Furtado – Temos discutido muito a Psicologia com compromisso social. Fale da sua trajetória como elaborador de um pensamento dentro da Psicologia a partir da sua experiência prática.

Pontual – No início dos anos 70, tínhamos discussões na Faculdade de Psicologia da PUC SP e havia uma preocupação com a atuação do psicólogo nas comunidades excluídas. Estavam, naquele momento: Maria Nilde Mascelani, Sílvia Lane, Padre Abib, Renate. Já, então, fiz uma opção clara por colocar meu compromisso à serviço do amplo contingente da população excluído do acesso a esse tipo de ação profissional. Meus estágios na Faculdade

de Psicologia, do primeiro ao último ano, foram em núcleos de favelas, em bairros da periferia. Isso tinha que ver com um conjunto de valores, opções que eu trazia de processos de escolarização até anteriores. Quando dialogava com outros colegas e até com outros professores que não estavam nesse núcleo, havia uma inquietação quando eu contava, por exemplo, que atuava em favelas em ações como mutirão para construir uma ponte. A pergunta era: “Mas o que é que isso tem a ver com Psicologia?”. Ouvi tanto essa pergunta... Naquela altura, tinha muito claro que não se tratava de delimitar cartograficamente, recortar a realidade e dizer: “Aqui é a atuação do psicólogo, ali é a fronteira com a atuação de outro profissional.” Tratava-se de descobrir, na prática social, quais eram as demandas e os olhares específicos com os quais o psicólogo pode contribuir. Meus estágios foram sempre feitos em conjunto com profissionais de outras áreas: arquitetos, pessoas da saúde, pessoas da sociologia... Optei por fazer um percurso, sem perder a identidade de psicólogo, aberto a descobrir meu campo de contribuição a partir da dinâmica das realidades em que atuei. Isso está presente até hoje. Por exemplo: um dos trabalhos que eu coordenei, até dezembro, na Prefeitura de Santo André foi um programa chamado Programa Integrado de Inclusão Social. É a única experiência brasileira que está sendo apresentada esta semana na Conferência de Istambul. Ganhou um prêmio da Fundação Getúlio Vargas no ano passado – o Prêmio de Gestão Pública e Cidadania. Esse programa constitui-se de ações integradas em núcleos de favela da cidade, reunindo quinze projetos que vão de urbanização a renda mínima, saúde da família, alfabetização, incubadora de cooperativas, banco do povo... Essas ações integradas objetivam emancipar a comunidade e possibilitar àqueles cidadãos outra qualidade de vida. Na equipe que trabalha nesses programas havia psicólogos e profissionais de várias áreas. Nunca chegamos a fazer uma discussão específica sobre qual seria a parte da realidade que caberia aos psicólogos. Eles estavam integrados. Por exemplo, no programa de renda mínima temos uma abordagem diferente da feita por outros municípios: as famílias não só recebem recursos por um período, como são acompanhadas por meio de técnicas de grupos operativos, objetivando fazer com que busquem caminhos de emancipação. Vários psicólogos atuavam nisso. Resumindo, optei por descobrir a questão do compromisso social do psicólogo a partir dos desafios que foram sendo colocados na prática, junto aos movimentos sociais e às políticas públicas.

Maria de Lourdes Teixeira – Sua for-

mação anterior à Psicologia, incluindo a familiar, foi importante nesse seu percurso?

Pontual - Meu vínculo com a Psicologia e com a educação - porque eu me sinto psicólogo educador - tem que ver, de um lado, com um núcleo familiar. Meu pai, Marcos Pontual, era psicólogo, mas trabalhou fundamentalmente em educação, na Universidade e no ensino médio profissionalizante. De outro lado, sem dúvida, houve a experiência do ensino fundamental. Naquela época chamava-se ginásio e colégio, e havia os colégios vocacionais. Estudei no Colégio Estadual Vocacional Oswaldo Aranha, no Brooklin, elemento determinante para a minha descoberta do potencial da educação. A experiência dos colégios vocacionais foi pioneira, nos anos 60, na rede pública de São Paulo, coordenada pela professora Maria Nilde Mascelani, que, depois, foi minha professora na Faculdade de Psicologia. Ali descobri meu gosto pela educação e também o compromisso profissional. Porque o vocacional trabalhava com a idéia da formação de uma consciência crítica e, ao mesmo tempo, da

descoberta vocacional. De uma maneira muito intuitiva, descobri que tinha de fazer uma opção sobre em que segmentos da sociedade ia colocar o meu instrumental profissional. A experiência dos vocacionais, por seu potencial revolucionário, foi extremamente reprimida. Os colégios foram fechados. Assisti à invasão do colégio por tropas do exército, vi meus professores sendo presos. Longe de me desestimular, isso foi determinante para mim. Depois, voltei à minha ligação com Maria Nilde, que sempre foi muito forte. Ela foi presa em 1974 e processada por conta de um estudo crítico do Conselho Mundial de Igrejas a respeito do caráter autoritário e fascista do material pedagógico que compunha a disciplina Educação Moral e Cívica, introduzida pelos militares nos currículos. Isso lhe valeu uma prisão de trinta dias no DOPS de São Paulo e um processo na Auditoria Militar. Fui uma das testemunhas de defesa no processo dela, junto com Dom Cândido Padim, que, naquela altura, era bispo de Bauru. Acho que isso deve ter sido por volta de 1976,

“De uma maneira muito intuitiva, descobri que tinha de fazer uma opção sobre em que segmentos da sociedade ia colocar o meu instrumental profissional.”

eu tinha 22 anos. Depois, também com a Maria Nilde, tive minha primeira experiência de trabalho profissional em um escritório de assessoria - o Renov - junto com vocês que estão aqui. O Renov era um espaço de formação. Trabalhamos com grupos de jovens, com orientação vocacional, com planejamento de currículos para as escolas; escrevemos livros didáticos de estudos sociais, comunicação e expressão... Mas, além de ser um local de trabalho, era um centro de resistência à ditadura que acolhia quem não tinha espaço de

(...) descobrir, na prática social, quais (...) as demandas e os olhares específicos com os quais os psicólogo pode contribuir.

expressão. A Universidade estava cerceada. O Renov promovia uma série de cursos com professores como Florestan Fernandes e tantos outros. Era um espaço, também, de acolhimento de setores da igreja progressista; Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Felix do Araguaia, quando estava ameaçado de ser expulso do Brasil, ficou dois meses em São Paulo sediado na Renov, fazendo palestras para que tivesse visibilidade e não fosse seqüestrado. Paralelamente, nós nos reunimos no Sedes Sapientiae, coordenado pela querida madre Cristina, outro espaço de resistência à ditadura. Inicialmente, participávamos com a madre Cristina de uma série de reuniões, ainda na clínica da Caio Prado, para desenhar os centros de Filosofia, Psicologia e Educação nos quais iríamos nos engajar. Mas, em umas salinhas discretas do andar de baixo, havia reuniões com familiares de presos políticos. Tínhamos uma quantidade significativa de presos e perseguidos e seus familiares que careciam de atenção material e psicológica. Constituímos um grupo de psicólogos, advogados e padres que se reunia todos os sábados à tarde para prestar esse apoio, numa prévia do que seria o Comitê Brasileiro da Anistia. Em 1977, o Sedes Sapientiae mudou-se para Perdizes, onde está até hoje, e lá criamos o Centro de Educação

Popular, como uma equipe multidisciplinar: tínhamos gente de pedagogia, de sociologia, de história... No Sedes, fiquei de 1977 até 1986, atuando em assessoria a grupos populares da periferia de São Paulo. Acompanhamos o processo de construção da Central Única dos Trabalhadores, CUT, o trabalho das oposições sindicais e o que viria a ser a Central de Movimentos Populares.

Cibele Lacerda - Do Sedes, você foi para onde?

Pontual - Sair do Sedes foi um momento difícil, mas acertado, porque foi para um projeto relevante: a criação de um instituto de formação de dirigentes sindicais, populares e políticos, criado em julho de 1986 por um conjunto de dirigentes sindicais, populares, políticos e intelectuais orgânicos. Estavam nele Luís Inácio Lula da Silva, Vicentinho, Luíza Erundina, Florestan Fernandes, Antonio Candido, Eduardo Jorge, dentre mais de cem pessoas. O objetivo do Instituto Cajamar era capacitar os quadros que emergiam da luta social para enfrentar novos desafios no processo de redemocratização no Brasil. O desafio de fazer o movimento social transitar de uma prática reivindicativa para uma propositiva, tecendo uma sociedade civil sólida, autônoma. Dirigentes de todo o Brasil vinham ao Instituto e ficavam dez,

quinze, às vezes vinte dias. Minha responsabilidade era coordenar pedagogicamente as atividades, trabalhando com a dimensão da Psicologia e da educação. Formávamos ali reprodutores, gente que pudesse levar o que fazíamos aos seus Estados de origem. Tenho muito orgulho de ter feito parte dessa experiência.

Odair - Até quando você trabalhou no Cajamar?

Pontual - Até 1989, depois, voltei em 1991 e fiquei até o final de sua existência em 1997. Por que eu saí em 1989? Porque

“Minha responsabilidade era coordenar pedagogicamente as atividades, trabalhando com a dimensão da Psicologia e da educação. Formávamos ali reprodutores, gente que pudesse levar o que fazíamos aos seus Estados de origem. Tenho muito orgulho de ter feito parte dessa experiência.”

lá se efetivavam encontros... E um encontro extremamente importante para mim foi o que tive com Paulo Freire. No Cajamar, nós o convidamos para ser presidente do Instituto e passamos a ter uma relação não só profissional mas pessoal muito próxima. Eu ia muito à casa dele, tínhamos conversas a respeito do trabalho, do Instituto e da vida de uma maneira geral. Quando, em 1989, o Partido dos Trabalhadores conquistou a Prefeitura de SP, com a prefeita Luíza Erundina, o Paulo Freire foi convidado para secretário de Educação e me convidou para, juntos, implementarmos um projeto com o qual, na verdade, já sonhávamos lá no Cajamar. Pensávamos em uma ampla ação alfabetizadora de jovens e adultos na cidade de São Paulo, o que veio a se denominar Projeto do Mova - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo -, que, hoje, se tornou uma espécie de idéia-força que vem sendo reproduzida e recriada em muitos municípios e até em estados, como é o caso do Rio Grande do Sul. A novidade desse projeto é que ele se cons-

titui a partir de uma relação de parceria entre poder público e entidades comunitárias. Juntos, constroem um projeto para alargar o direito de escolarização básica a jovens e adultos, pessoas que a escola não consegue atingir. Ele dá o primeiro empurrão que desperta e motiva as pessoas para que prossigam na escolarização. Mais que isso, torna público o direito desses jovens e adultos de se escolarizarem para além da prática da sala de aula. Em 1993, essa

experiência foi interrompida. Ela foi objeto da minha tese de mestrado na PUC SP, orientada pelo professor Sérgio Haddad, que me estimulou a trazer para academia esse conhecimento que eu vinha adquirindo nessas experiências. Acabei fazendo mestrado e doutorado.

Ana Bock - Estivemos no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, por acreditarmos que um mundo melhor é possível. Como, para você, esse mundo melhor pode se tornar possível?

Pontual - Estamos hoje mais livres para pensar novos paradigmas para esse mundo possível. Estamos, também, com um olhar mais plural sobre a realidade, sobre a complexidade dessa transformação. O lema do Fórum, "um outro mundo é possível", expressa uma certa indefinição do que seria esse projeto, mas uma indefinição saudável, porque nos permite criá-lo. Nos anos 70, estávamos de alguma maneira amarrados a determinados paradigmas, modelos de como deveria se fazer essa transformação. Acho que esse "outro mundo" é possível e, em primeiro lugar, deve

“Estamos hoje mais livres para pensar novos paradigmas para esse mundo possível (um mundo melhor). Estamos, também, com um olhar mais plural sobre a realidade, sobre a complexidade dessa transformação.”



garantir direitos iguais para todos a uma vida digna e saudável. Avançando, queremos construir felicidade individual e coletiva; portanto, resolver as questões de sobrevivência, dos direitos básicos, é fundamental, mas não suficiente. Lembro de um comentário do Paulo Freire, em sua última entrevista, comentando a marcha dos sem-terra: “Eu sonho com um país que tenha a marcha dos sem-terra, a marcha dos sem-escola, mas também a marcha dos sem-amor, a marcha dos sem-carinho, a marcha dos sem-direito a escolher... Ou seja, um outro mundo requer conquistas de direitos básicos, mas requer muito mais do que isso: requer direito de escolha, de ser amado e de amar.

Cibele - Como o trabalho em Santo André lhe ajuda a realizar essa utopia?

Pontual - Temos duas idéias-força orientando o trabalho que nós estamos desenvolvendo em Santo André. Uma delas é a da inclusão social. Santo André, ainda que tenha índices de infra-estrutura diferenciados, apresenta diversas situações de exclusão. Temos 137 núcleos de favela na cidade e uma porcentagem de desemprego significativa. Mas descobrimos que o problema da exclusão social é mais complexo do que essas questões. Procuramos realizar essa utopia desenvolvendo políticas públicas que reconheçam as situações

“Temos duas idéias-força orientando o trabalho que nós estamos desenvolvendo em Santo André. Uma delas é a da inclusão social. (...) Nossa segunda idéia-força é a da participação, ou seja, esses processos de inclusão só se efetivam se mediados pela participação. Não é possível imaginar a inclusão se as pessoas continuam com a idéia de usuários ou beneficiários de políticas públicas, porque isso as mantém em uma condição de subalternidade.”

de exclusão e que “empoderem” o cidadão, no sentido de obter graus crescentes de inclusão na vida da cidade. Nossa segunda idéia-força é a da participação, ou seja, esses processos de inclusão só se efetivam se mediados pela participação. Não é possível imaginar a inclusão se as pessoas continuam com a idéia de usuários ou beneficiários de políticas públicas, porque isso as mantém em uma condição de subalternidade.

Ana Bock - Para você, o que é fazer política hoje?

Pontual - Fazer política hoje é, para mim, colocar o instrumental profissional que construí, como psicólogo e educador, a serviço do “empoderamento”* das pessoas, como indivíduos e como coletividade. Para quê? Primeiro para ampliar, aprofundar e alargar os estreitos limites de nossa democracia. Um país não pode se contentar com o direito de votar nos seus representantes. Isso é importante, uma conquista fundamental, mas democracia é muito mais: significa cidadãos participando das decisões que afetam seu cotidiano, como atores-protagonistas do espaço público. Há muito que se caminhar nesse sentido. Construir esse espaço público, essa esfera pública supõe construir cidadãos ativos, individual e coletivamente. Para mim, fazer política hoje é apostar nisso. ●

*derivada do inglês *empowerment*

Psicanálise de crianças: de que estamos falando?

“A psicanálise de crianças é a psicanálise.”¹ Essa convicção foi pronunciada por Freud quando ele estava se ocupando, em 1909, da análise de uma criança de cinco anos, a qual apresentava uma neurose de fobia – o nosso já conhecido Pequeno Hans. Obviamente, não é minha intenção discutir as idéias apresentadas por ele nesse trabalho, mesmo porque muitas delas são velhas conhecidas nossas. No entanto, gostaria de demorar-me um pouco mais na frase proferida por Freud. Por que a psicanálise de crianças é a psicanálise? Ora, se o campo em que o analista opera é o da linguagem e se o interesse é pelo infantil, mais precisamente pelo sexual infantil, então, todos nós concordaremos que estamos falando de psicanálise quando falamos de psicanálise de crianças. No entanto, para que usamos essa distinção? Parece-me que, ao falarmos em psicanálise de crianças, buscamos salientar que existe, no caso da infância, “uma sobreposição na formação da subjetividade entre a dinâmica psíquica da criança e a de seus progenitores”². Nesse sentido, a criança constitui-se como sujeito na relação intersubjetiva com seus pais.

A situação particular da análise de uma criança, portanto, implica um discurso intersubjetivo, que situa a inclusão dos pais em sua posição imaginária enquanto “uma produção que ‘faz laço’ com a criança e que participa da fabricação de seus sintomas”³. Nessa perspectiva, a criança e seus pais só podem estar se apresentando ao analista enquanto uma construção coletiva, desdobrando diante dele um discurso único, implicando que, na análise com crianças, é preciso escutar o discurso imaginário que os pais reais não podem calar. É por isso que muitos psicanalistas de crianças têm considerado importante “trabalhar a permanente dialética do inter/intrasubjetivo, tanto na formação da subjetividade como na formação de sintomas”⁴. No entanto, de que falam os pais na atualidade? Continuam falando de suas queixas e de seus sofrimentos em relação às suas crianças; porém, há uma cena em seu discurso da qual não podemos mais escapar, dada sua imperiosa visibilidade. Temos nos deparado com situações de violência cada vez mais frequentes, apresentadas pelos pais que levam suas crianças para atendimento psicanalítico. Uma violência despida de pudor, de fantasia, nua e crua.

Para ilustrar a que estou me referindo, recentemente me foi possível conhecer uma criança cuja queixa dos tios eram problemas de aprendizagem. A investigação levou-me à seguinte cena: a criança era obrigada pelo pai a manter relações sexuais com sua mãe. Além disso, o pai os observava durante o “ato sexual”, orientando o seu filho sobre as correções e incorreções do comportamento dele. Para além disso, muitas das vezes a mãe da criança era drogada pelo pai para manter-se passiva no “ato sexual”, mas também se um dos dois (criança e/ou mãe) se negasse a realizar o “ato sexual”, ambos apanhavam com fio de ferro até sangrar. É assim a violência doméstica. É uma das muitas situações de

nossa realidade brasileira, à qual não podemos mais dar as costas como se não fosse assunto para todos nós e também para a psicanálise.

É lógico que psicanálise não é força-tarefa de repressão policial, “nem nunca pretendeu resolver as injustiças sociais do mundo”⁵, mas isso não pode ser tomado como empecilho para que a psicanálise não se comprometa. Essa cena revela-nos, para além da violência, uma crise de valores, marca indiscutível de toda e qualquer crise social, mas que na crise brasileira toma a forma impressionante de um “pânico social”, no qual os princípios éticos e morais estão destituídos de valor, por não imprimirem mais uma marca de mediação nas relações humanas. O declínio da mediação simbólica sublinha seus efeitos no imaginário social. A “cultura narcísica da violência”⁶ indica a existência de uma experiência de desamparo de tal monta, subjacente à potencialização ao máximo dos mecanismos de autodefesa do ego, que se interpõe tornando a cultura – aquilo mesmo que sendo ordem simbólica é condição de possibilidade do sujeito – lugar de enclausuramento desse mesmo sujeito. O sujeito enclausurado é aquele negado enquanto ser dialógico e alteritário em sua estrutura e, portanto, em sua singularidade indizível. Dito de outra maneira, a cultura narcísica da violência nega o vir a ser do sujeito, na medida em que exclui a representação do sujeito enquanto sujeito desejante. Nesse sentido, o outro não é admitido como uma diferença que possibilita a diversidade, mas sim como oposição, como negação e, portanto, algo que deve ser combatido.

Entendida como um dos traços dessa cultura narcísica da violência, o que parece estar sendo recusado na violência doméstica é “a ‘dívida simbólica’ que o sujeito estabelece com o outro, como resultante de sua constituição como sujeito”⁷. Na recusa da dívida simbólica, recusa-se a diferença entre as subjetividades e a ‘diversidade’ nas suas modalidades de existência. Impossibilita-se, assim, o compartilhamento dos mesmos valores, que permitiria o sistema de trocas en-



tre os sujeitos. Enfim, a dívida simbólica recusada não possibilita a constituição de um pacto simbólico entre os diferentes sujeitos, o que permitiria o reconhecimento entre eles, possibilitando os laços sociais. O que se apresenta em seu lugar é o imediatismo e o conservadorismo do ego narcísico, para o qual o outro só pode ser aceito se for um outro idêntico. Mesmo porque o diferente é entendido como uma falha inadmissível na cultura narcísica da violência.

De que falamos, então? Falamos da falência dos ideais, comprometendo radicalmente a imprevisibilidade humana, a infinita criatividade humana, reveladas no improvável da ação e do discurso, que põem em movimento a condição humana na cultura. Mas também falamos de uma psicanálise que não pode ficar acanhada, intimidada, como se não tivesse nada o que dizer e fazer diante desse cenário social. Falamos de uma psicanálise que não mais trata o social como uma terra estranha, mesmo porque isso por si só era um contra-senso. Uma psicanálise que se recusa à identificação com o extremo da violência e do desamparo, que muitas vezes nos leva à apatia e à perda do sentido de pertinência social – indícios de que o vir a ser de qualquer um de nós está negado – e que tem buscado se atrever a ir a extramuros, redimensionando suas teorias e práticas, visando dar conta das urgências da realidade social brasileira.

Leliane M. A. Gliosce Moreira

Psicóloga, psicanalista e conselheira do CRP SP.

NOTAS

1 FREUD, Sigmund (1909). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. in _____. “Ed. Standard das Obras Psicológicas Completas.” Rio de Janeiro, Imago, Vol. X, 1987.

2 ROSENBERG, Ana Maria Sigal de. “A constituição do sujeito e o lugar dos pais na análise de crianças.” in _____. (org.) “O lugar dos pais na psicanálise de crianças.” São Paulo, Escuta, 1994, p. 27.

3 KUPFER, Maria Cristina. Pais: melhor não tê-los? in ROSENBERG, A. M. S. (org.). “O lugar dos pais na psicanálise de crianças.” São

Paulo, Escuta, 1994, p. 109.

4 ROSENBERG, A. M. S. *Op. cit.* p.30.

5 COSTA, Jurandir Freire. “Psicanálise e contexto cultural.” Rio de Janeiro, Campus, 1989, p. 7.

6 COSTA, Jurandir Freire. Narcisismo em tempos sombrios. in BIRMAN, Joel (org.). “Percursos na história da psicanálise.” Rio de Janeiro, Taurus Ed., 1988.

7 BIRMAN, Joel. “Psicanálise, ciência e cultura.” Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994, p. 167.

Avaliação psicológica deve promover a inclusão social

"A verdadeira possibilidade de modificação do atual panorama da avaliação psicológica no país passa por uma política básica de reconstrução de sua imagem, de seu conceito e de sua importância, bem como da análise histórica, social e crítica de seus determinantes e suas consequências." Essa é uma das avaliações contidas em documento produzido pelo I Fórum Nacional de Avaliação Psicológica, que reuniu em dezembro do ano passado, em Brasília, 48 delegados representantes dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia. Entendendo que a avaliação psicológica deve ter como fim primordial "promover a inclusão social e a saúde", o Fórum aprovou um conjunto de teses a serem normatizadas pelo Sistema Conselho, cujo documento final foi organizado em cinco áreas: Formação, Capacitação e Pesquisa; Normatização; Jurisprudência; Relações com a Sociedade; Ética.

O processo de discussão que gerou o documento foi longo e teve início bem antes da realização do próprio I Fórum Nacional, com uma série de Simpósios sobre o assunto (realização conjunta do CFP e do CRP SP) - posteriormente transformados na série de vídeos

"Laudos Psicológicos", à venda no Conselho paulista. Simultaneamente, o CFP participou da Câmara Intersetorial de Avaliação Psicológica - formada por psicólogos, editoras de testes, professores e conselheiros -, que incentivou a realização do I Fórum. A primeira etapa do evento aconteceu em nível regional, possibilitando aos profissionais interessados a apresentação de propostas, que foram apreciadas, votadas e enviadas ao I Fórum Nacional. Lá foram novamente colocadas em debate, reformuladas e aprovadas, passando a integrar o documento final de proposições indicativas de ações que operem a qualificação do processo de avaliação e a regulamentação pelo CFP, de forma a dar conta dos problemas diagnosticados.

O primeiro passo nesse processo foi o encaminhamento de duas "Minutas de Resolução", que estão em fase de discussão pelo Sistema Conselho. A primeira regulamentará um "Manual de Elaboração de Documentos Decorrentes de Avaliação Psicológica", que definirá, dentre outras coisas, quais são e como devem ser elaborados os documentos da avaliação psicológica, seus objetivos, prin-

cípios técnicos e éticos, e ainda a validade e a guarda desses documentos. Este manual servirá como referência para que o psicólogo possa produzir os seus documentos com respaldo legal. A segunda minuta define o teste psicológico como "método de avaliação privativa do psicólogo" - explicitando o que está subentendido no Artigo 13º da Lei 4119/62 -, regulamentando sua elaboração, comercialização e uso.

Outra questão que vem sendo debatida é a preocupação de promover a apropriação do processo pelos psicólogos e pela população. A população deve saber quais são os seus direitos e quais são os parâmetros que regem a avaliação psicológica. Por exemplo, todo indivíduo que passa por uma avaliação tem o direito a ter acesso às informações que o psicólogo obteve, mas a maioria das pessoas desconhece isso. Nesse sentido, está em construção uma campanha nacional de valorização e esclarecimento sobre a avaliação psicológica, que contará com a elaboração de uma cartilha de direitos dos usuários, além da produção de material de orientação específico para estudantes de Psicologia. ●



Não é preciso pensar muito para ir longe.

Cursos de Pós-Graduação - *Lato Sensu* e Atualização e Extensão Universitária UNICSUL

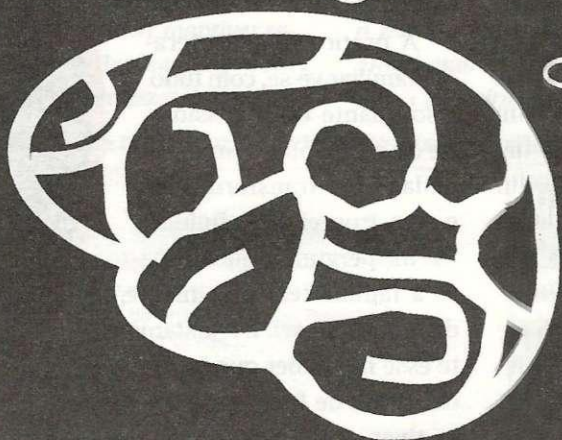
Pós-Graduação
Lato Sensu

Psicopedagogia

Atualização e Extensão
Universitária

Capacitação para psicólogo responsável pela avaliação psicológica e para psicólogo perito examinador do trânsito com famílias.

Repensando a relação deficiência x normalidade na escola



INFORMAÇÕES:
Tels.: 6137-6734/6956-2979

www.unicsul.br
e-mail: pos@unicsul.br

Nova família tem

A família patriarcal é, cada vez mais, um velho retrato na parede; com as mudanças, a psicoterapia familiar vê-se diante da necessidade de se adaptar a uma realidade sem fronteiras definidas

Foto: Acervo particular



A família convencional em foto dos anos 40.

“Nação não é bandeira, nação é união. Família não é sangue, família é sintonia.”

Marcelo Yuka, *O Rappa*

Núcleo básico da organização humana, o clã familiar funciona como um microcosmo social que não apenas reproduz, protege e devolve ao mundo suas crias, mas também determina valores ideológicos e culturais que moldam as sociedades. Vigorosa hoje, como já era nos primórdios da comunidade humana, a família é responsável pela iniciação social do indivíduo, que a ela permanece agregado durante toda sua existência, por valores sentimentais, materiais e legais. Mas a família tem passado, nos últimos tempos, por grandes transformações. Em seu conceito básico, família é hoje o espaço da vida privada em que cada um de nós divide, com outros, afeto e compromissos fidelizadores. De uma maneira ou de outra, podemos dizer que esse núcleo sempre é formado. “Até mesmo as crianças de rua formam núcleos familiares, reproduzindo as figuras paternas e maternas”, comenta Lucila Scavone, socióloga e professora do departamento de Sociologia da Unesp/Araraquara.

A estruturação da família sempre acontece em consonância com o momento histórico da sociedade na qual está inserida. Por exemplo, no Brasil colonial as famílias eram numerosas e centradas na figura paterna. Essa formação patriarcal, em que a mulher era subalterna e os filhos seres tutelados e sem direitos, viveu fortes reveses a partir da metade do século XX, com o moderno capitalismo industrial. “A família, hoje, explodiu em múltiplos modelos”, continua Lucila. Não há mais um único modelo aceito, ainda que a monogamia predomine (veja na pág. 11). Por trás dessa transformação, temos causas diversas: a urbanização, a emancipação feminista iniciada na década de 60, o reconhecimento do adolescente como um ser de direitos (por meio de leis como o ECA), a luta do movimento homossexual por direitos de cidadania. São muitos os fatores que contribuíram para uma divisão de poder que desestruturou o patriarcalismo caduco (veja na página 12). “A família está mais fragmentada, mas não está acabando”, define Lúcia Rosenberg, psicoterapeuta yungiana com mestrado pela New School for Social Research, EUA.

A maleabilidade nas relações de poder no seio da família fez com que novas justaposições se concretizassem. Por exemplo, a formação de casais homossexuais torna-se cada vez mais comum, assim como os “recasamentos” e os lares chefiados por mulheres “reafirmam o conceito da família que não é feita apenas de laços cosangüíneos, mas também de laços afetivos”, diz Lucila. As tradicionais fotografias nas quais se vê um casal austero, ele de pé e ela sentada, ao lado de uma numerosa prole, estão reservadas às páginas dos livros de história. “No Brasil ocorre essa

tendência de modernização. As unidades familiares estão menores e não tão hierarquizadas”, afirma Lia Zanotta Machado, professora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

Ao contrário do que pensam os tradicionalistas, modificações como essas não subvertem a sociabilidade familiar. Na verdade, os novos modelos reforçam a noção da família nuclear. “Sempre haverá algum tipo de núcleo que fará a passagem da criança do mundo biológico para o mundo social. Apenas estão se criando outros tipos de estruturas que fazem a mediação entre o filhote e o mundo”, explica Lúcia Aratangy, psicóloga e psicoterapeuta familiar. “Surgem famílias que têm uma flexibilidade de identidade. Quando se permite que se tenha uma identidade mais construída e menos rígida, novas famílias começam a surgir”, avalia Neyde Bittencourt, terapeuta de família e docente do Instituto Famíliae. Além disso, a diversidade cultural proporcionada pelos novos modelos familiares faz com que o indivíduo tenha uma formação mais enriquecedora da que era possível no castrador sistema patriarcal. “Sem dúvida, o ser humano saído dessa nova família será uma pessoa mais forte e mais sensível. As coisas não são opostas. Quanto mais famílias pudermos aceitar e adotar, melhor para o mundo”, afirma Lúcia.

Evidentemente, a diferenciação entre as famílias tradicionais e as novas formações só pode ser feita, claramente, em tese. Na prática, as coisas se misturam. Menos ainda pode-se afirmar que um modelo está superando o outro. Em um país de proporções continentais como o Brasil, as tendências convivem proximamente. O sociólogo francês François de Singly defende a idéia de que essa nova família transitaria entre um modelo mais “centrado na afetividade relacional da família, sob a égide do masculino”, e outro modelo “mais individualista, em que a afetividade do grupo familiar fica sem uma clara dominância”. Para Neyde Bittencourt, a estrutura familiar evoluiu para formas diversas que interagem. “A família tinha estruturação, rigidez e inflexibilidade. A família atual não tem regras nem lugares identificados.”

A prática da psicoterapia familiar vê-se, com tudo isso, diante da necessidade de se adaptar a uma realidade em transformação e sem fronteiras definidas. “Se me perguntar que formato a família tem atualmente, digo que não sei. E é justamente esse não saber que facilita ser terapeuta de família. Se o terapeuta tiver algo muito definido como

múltiplas faces



O elenco de "Eu, Tu, Eles", em que Regina Casé interpreta uma nordestina que tem três maridos.

'bom' e 'adequado', perderá a riqueza das construções pontuais que cada família faz", alerta Neyde. A terapia familiar deixou o modelo "instrutivo e organizador" para trabalhar de acordo com a "narrativa" do paciente, mudando à medida que se colocam outras possibilidades. O indivíduo se faz ou se constitui nas relações sociais; temos assim "a possibilidade de fazer construções de diferentes identidades", continua Neyde.

A idéia é que cada família construa para si a identidade em que melhor se adeque. Antes, essa área da Psicologia mantinha uma postura intervencionista, em que se colocava "mais a crença do terapeuta". Essa imagem se disseminou e ainda há muitas famílias que procuram o psicoterapeuta buscando atingir "um padrão familiar parecido com o que é veiculado nos anúncios de margarina". Hoje, cabe ao psicoterapeuta ajudá-las a perceber essa idealização, procurando o caminho possível de ser seguido pela família com a qual interage. "A terapia de família está muita mais construtivista. O psicoterapeuta não tem a solução; ele tem de ser também antropólogo e perceber que cada família é um universo, uma cultura diferente", comenta Neyde. ●

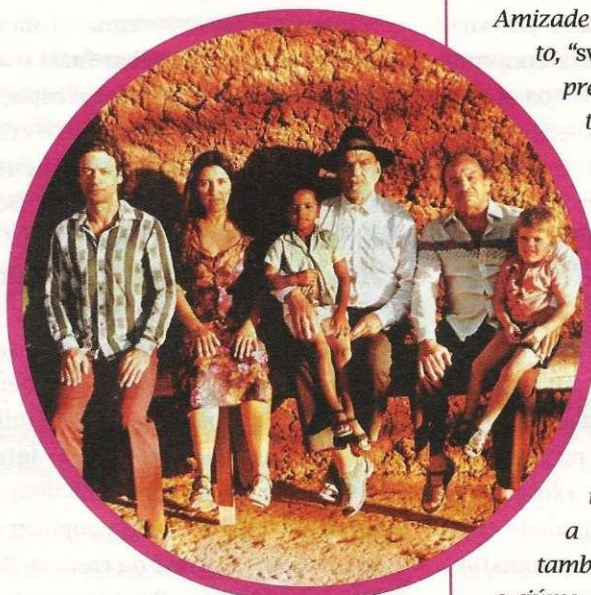


Foto: Divulgação

Mudou a família, mas a monogamia é tabu

Amizade colorida, casamento aberto, "swing", sexo virtual: novas expressões vão surgindo na tentativa de adequar aos tempos o velho "pular a cerca". As formas familiares têm mudado, mas, seja qual for a forma de acasalamento – entre tipos étnicos diferentes, entre pessoas do mesmo sexo ou no antigo modelo papai/mamãe –, a monogamia permanece um eixo estrutural nas relações. Junto com a monogamia, perpetua-se também seu parceiro inseparável: o ciúme.

Em outros termos, mudam os comportamentos, a prática da infidelidade conjugal encontra maior tolerância, mas ainda é um assunto tabu, complicado de se tratar dentro de casa, fora dela e mesmo nas sessões de psicoterapia. São muitos os parceiros que hoje praticam sexo extracasamento – individualmente ou mesmo a dois –, mas nada disso pode ser muito visível socialmente. Uma diferença do passado é que hoje as mulheres traem ou participam dos pactos eróticos em pé de igualdade com os homens. Em público, o brasileiro é fundamentalmente monogâmico (ver tabela abaixo) e garante ser fiel, mantendo intacto esse dogma matrimonial.

Em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha (1997), apenas 22 % dos homens admitiam manter relações sexuais fora do casamento. Entre as mulheres, esse número cai para 5%. "O brasileiro não pensa dessa forma por uma questão de valor moral, mas sim por projetar o desejo de manter uma relação forte e única. Ele se assume monogâmico por considerar arcaica a manutenção de duas famílias e não considera a prática de infidelidades eventuais como poligamia", afirma a antropóloga Lia Zanotta, da UnB. Essa é uma questão que ultrapassa os espaços privados: a sociedade reage negativamente a quaisquer manifestações que coloquem em xeque a monogamia. No campo jurídico, por exemplo, bigamia e adultério são considerados crimes, punidos pelos Código Penal brasileiro – que, aliás, data de 1940. A pena para bigamia é de nada menos que de 2 a 6 anos de reclusão.

“Família, família, Papai, mamãe, titia, Família, família, Almoça junto todo dia, Nunca perde essa mania. Mas quando a filha quer fugir de casa Precisa descolar um ganhão.”

“Família” – Titãs, 1986

“Rita que amava Dito que amava Rita que amava Carlos amava Dora que amava Pedro que amava tanto que amava a filha que amava Carlos que amava Dora que amava toda a quadrilha”

“Flor da Idade” – Chico Buarque, 1975

“Pra começar, quem vai colar os tais caquinhos do velho mundo. Pátrias, famílias, religião e preconceitos, quebrou não tem mais jeito”

“Pra começar” – Marina Lima, 1986

O que mais abala um casamento?

60% dos homens ficam mais abalados se a mulher mantiver relações sexuais com outro parceiro.

83% das mulheres ficam mais abaladas se o marido envolver-se emocionalmente com outra parceira.

Fonte: Universidade de Michigan/ Veja 14/06/2000

O casal Fernando Cruz e Maria Aparecida Rinaldi Cruz que divide as despesas de casa (acima). Quinta parada do orgulho gay, av. Paulista, junho/2001 (à esq.).

Unões no Brasil, por faixa etária

Idade	Civil e religioso	Civil	Religioso	Total de casados	União Informal
De 25 a 35	48%	18%	3%	69%	31%
De 35 a 45	58%	20%	3%	81%	19%
De 45 a 55	61%	20%	6%	87%	13%
De 55 a 65	66%	11%	8%	85%	15%

Fonte: IPEA/Ibge/1996

Foto: Marcelo Min | Folha Imagem



Foto: Agliberto Lima | AE

Emancipação da mulher e do jovem pulveriza poder na família

Ao homem cabe prover o lar por meio do seu trabalho; à mulher, permanecer em casa cuidando dos filhos; a esses, cabe estudar e obedecer à autoridade paterna. Não faz muito tempo que esse conjunto rígido de convenções, que nos soa absurdo, demarcava os papéis inflexíveis dos componentes de uma família. O primeiro e mais importante movimento a explodir com essa estrutura foi o feminismo, que, já a partir do início do século XX e, mais fortemente, depois dos anos 60, promoveu a emancipação das mulheres. A entrada no mercado de trabalho e, em seguida, a conquista de direitos sociais idênticos aos antes exclusivos do sexo masculino – incluído aí o direito ao voto – colocaram a “rainha do lar” em pé de igualdade com seu ex-senhor, provocando uma transformação comportamental de grandes proporções em nossa sociedade. “A concepção da centralidade do masculino perdeu valor parcialmente. A idéia da igualdade entre homens e mulheres modificou o padrão de relacionamento conjugal”, afirma Lia Zanotta Machado, da UnB.

Para se ter uma idéia do tamanho dessa mudança, dados do IBGE mostram que o número de lares chefiados por mulheres vem crescendo, de forma regular, desde a década de 80. Em 1981 a proporção era de 16,9%, passando para 22,9% em 1995 (veja gráfico abaixo). A autonomia conquistada pelas mulheres deu outro formato à família: “O fato de a mulher ter saído de casa lhe deu mais poder, e os arranjos familiares estão se refazendo em cima dos novos papéis que cada membro assume”, avalia Lucila Scavone, da Unesp/Araraquara.

Outro fator que contribuiu para uma maior diluição do poder no núcleo familiar foi a valorização das crianças e dos adolescentes, hoje tidos não como tutelados, mas como seres de direito. “É da era das cavernas o tempo em que a criança não falava”, ironiza a psicoterapeuta Lúcia Rosemberg. Um passo fundamental na conquista de direitos sociais pela juventude foi a criação, em junho de 1990, do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente –, principal instrumento legal brasileiro a tratar do assunto. Além disso, as sucessivas crises econômicas que vivemos estão antecipando o início da vida economicamente ativa dos jovens (veja gráfico ao lado). Pela CLT, o jovem pode ingressar no mercado de trabalho já a partir dos 16 anos. “Essa é um questão complicada. Eu acho que a autonomia e a força não deveriam estar ligadas ao dinheiro que os adolescentes ganham; eles deveriam ter força no debate e opinião apenas por serem adolescentes. Lamento que ‘ouvir’ um jovem esteja vinculado a ele ser provedor da família. Mas isso é um fato, e é bom que pelo menos os olhos estejam se voltando para aquilo que eles querem mostrar”, continua Lúcia.

As famílias que apresentam maior pluralidade de opiniões geram indivíduos

mais flexíveis. O aumento do valor da mulher nas famílias “traz para os seus membros mais aspectos de feminino. Não conta mais o autoritarismo, o medo e o respeito, quando um olhar fazia o adolescente baixar os olhos. Cria-se espaço para o diálogo, para o debate e para o criativo”, afirma Lúcia Rosemberg. Os benefícios dessa “democratização” familiar são grandes, mas ainda restam problemas. Um deles é que os homens não conseguiram se livrar de resquícios machistas e assumir uma divisão mais equânime nas responsabilidades domésticas. “O homem não está em pé de igualdade com a mulher na casa como está no trabalho. O fato de a mulher estar saindo para trabalhar e essa parceria nova estabelecida implicar ela dividir também o prover da casa, se lhe deu autonomia, também lhe acrescentou cul-

pa e uma sensação de estar dando para os filhos menos do que ela acha de que eles precisariam”, comenta Lúcia Aratangy.

Essa processo evolutivo, evidentemente, não tem ocorrido de forma pacífica e tranqüila. “Existe uma luta contra o masculino arcaico e o feminino submisso. É uma tensão de valores. Muitas mulheres têm uma expectativa dupla, querendo que os homens sejam provedores e protetores, só que menos controladores”, afirma Lia Zanotta. Essa mesma tensão é encontrada na relação com os jovens, de acordo com Lúcia: “O pessoal está se casando mais tarde por não ter competência para uma autonomia total. Essa autonomia parcial tem criado problemas, pois o adolescente, morando no mesmo teto, não quer mais estar embaixo daquelas regras, por ser provedor”.



Emancipação da mulher: a conquista de direitos sociais acabou com a concepção de centralidade do masculino.

Lares por tipo de chefia/Brasil – 2000

Região	Famílias chefiadas por homens	Famílias chefiadas por mulheres
Norte	70,5	29,5
Nordeste	73,4	26,6
Sul	77,6	22,4
Sudeste	73,3	26,7
Centro-Oeste	74,4	25,6
Total	74,0	26,0

Fonte: IBGE, 2000.

Número médio de pessoas por família/Brasil – 2000

Região	Média
Norte	3,9
Nordeste	3,7
Sul	3,3
Sudeste	3,3
Centro-Oeste	3,4
Total	3,4

Fonte: IBGE, 2000.

Taxa de atividade das pessoas de 15 a 65 anos de idade/Brasil – 2000

Região	Total	Homens	Mulheres
Norte	69,2	83,2	56,1
Nordeste	71,4	85,6	58,1
Sul	75,9	88,7	63,6
Sudeste	69,9	84,0	56,6
Centro-Oeste	73,2	88,4	58,8
Brasil	74,4	85,5	58,2

Fonte: IBGE, 2000.

Masculino e feminino são diferentes, mas não opostos

“Você vai ver quando o seu pai chegar em casa.” Essa frase inocente, tantas vezes ouvida nos lares brasileiros, retrata bem os papéis tradicionalmente reservados, na família patriarcal, aos pais e às mães: ela, sempre acolhedora, ele a autoridade temida. Nas novas estruturas familiares, as mudanças nas relações de gênero – ou seja, nas posturas estabelecidas aos papéis masculinos e femininos – têm sido bastante significativas. “A tendência da família é suprimir esses opostos de gênero. Não podemos mais imaginar o pai como oposto à mãe, ou o feminino como oposto ao masculino. Essas posturas vivem juntas e em constante movimento. Quanto mais pudermos ensinar isso aos nossos filhos, melhor será”, define a psicoterapeuta Lúcia Rosemberg.

Famílias formadas por pessoas do mesmo sexo também estão conquistando espaço, a despeito do atraso da legislação a respeito. Relacionamentos homossexuais, que antes ficavam “no armário” – como diz a gíria –, têm vindo a público e se estruturado sob um cotidiano familiar. A homossexualidade confrontava diretamente o padrão familiar patriarcal e era – e ainda é, mesmo que em menor escala, – uma opção marginalizada. Talvez porque, muitas vezes, inverte radicalmente as “imagens” definidas aos papéis masculino e feminino. É contra isso que lutam os movimentos gays no mundo inteiro. “Quando gays querem se casar, morar juntos e adotar filhos, estão querendo reproduzir modelos e estão acreditando na família”, afirma Lúcia. No

entanto, o projeto de lei de autoria da atual prefeita de SP Marta Suplicy, que hoje tramita no Congresso Nacional e quer permitir a união civil entre homossexuais, encontra ainda forte resistência de algumas alas sociais, como a Igreja Católica (ver quadro abaixo).

“A família homossexual ainda é muito nova para os padrões brasileiros”, avalia Neyde Bittencourt do Instituto Famíliae. Mas o poder desses seguimentos conservadores da sociedade é relativo. “A homossexualidade existe desde a Grécia antiga, mas ainda estamos nos decidindo se vamos aceitá-la ou não. É muita arrogância. O que teria acontecido se, no Paraíso, Deus tivesse colocado dois homens e duas mulheres? Teria havido pelo menos uma liberdade de escolha”, afirma Lúcia Rosemberg. ●

A definição de “família” segundo o IBGE (para efeitos estatísticos)

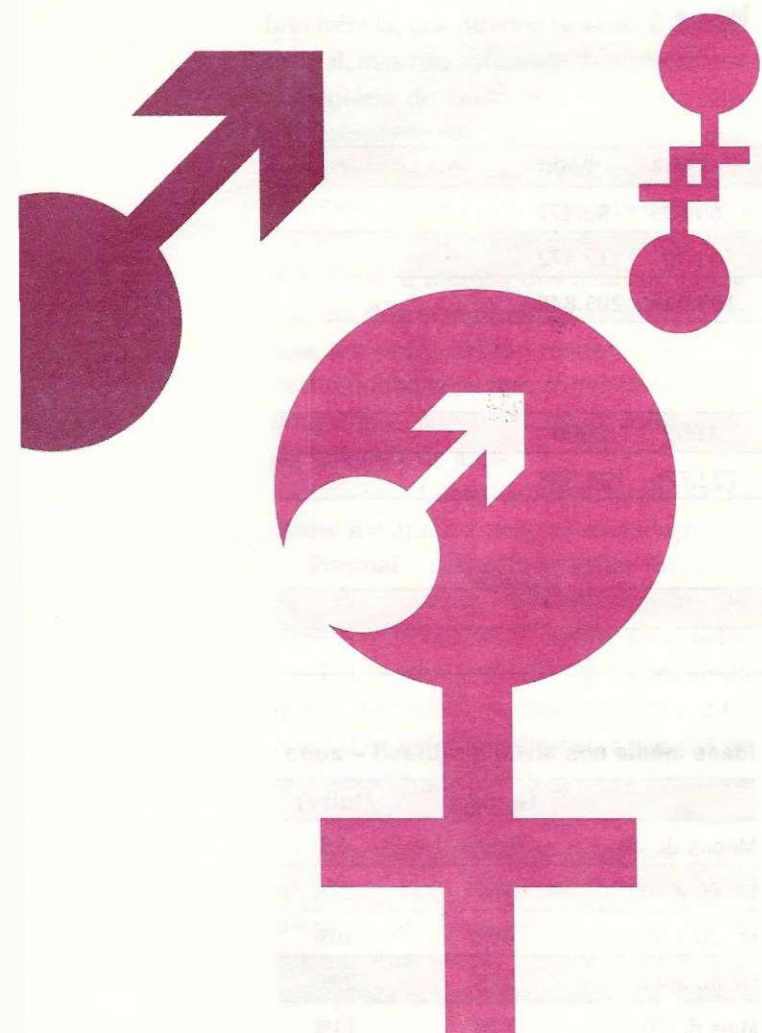
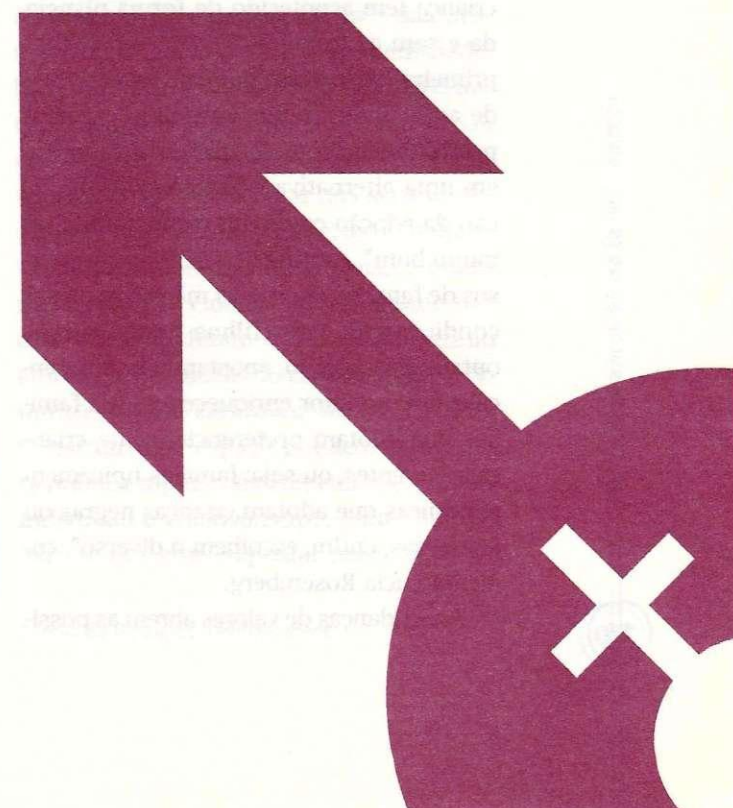
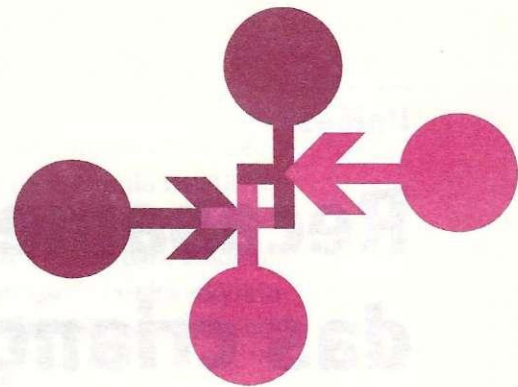
“Conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência residentes na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e os agregados da família, e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas, sem estar ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. Consideram-se como famílias conviventes as constituídas de, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar.”

Legislação

A polêmica união civil entre homossexuais

Classificado como “antinatural” ou “aberração” por religiosos e segmentos sociais conservadores, o projeto de lei que regulamenta a união civil entre pessoas do mesmo sexo (o projeto de lei 1151-A, de autoria da então deputada Marta Suplicy PT-SP) é ainda um tema tabu no Brasil. Sua tramitação no Congresso Nacional teve início em 1995, já em meio de muita polêmica. Ele define que duas pessoas do mesmo sexo podem estabelecer vínculos legais por meio de contrato, caracterizando uma situação de união civil, assegurados direitos a herança, planos de saúde e previdência. A compra de imóveis e a declaração de renda poderão ser feitas em conjunto.

Porém, o projeto não regulamenta a adoção e a guarda de crianças por pessoas do mesmo sexo. Em países da Europa, a parceria civil entre homossexuais tem encontrado melhor acolhida. A França aprovou o “Pacto Civil de Solidariedade”, que estende a uniões informais – homo ou heterossexuais – os mesmos direitos válidos para casamentos formais. Na Holanda, a lei prevê a união civil entre pessoas do mesmo sexo e já aceita até mesmo que elas adotem crianças. A Islândia e a Dinamarca reconhecem a união civil homossexual e a custódia conjunta sobre os filhos de um dos parceiros, mas não permitem a adoção.



Recasamentos aumentam o repertório das crianças

Primeiro foi o desquite: durante os anos 50, ser mulher “desquitada” era quase o mesmo que ser “mulher perdida”. Depois veio o divórcio. E o casamento, que antes era para durar até que “a morte os separe”, passou a ser cada vez mais instável. Atualmente, raros são os casamentos duradouros. “Estamos saindo de um modelo rígido, para modelos mais incertos e flexíveis”, afirma Neyde Bittencourt, do Instituto Familiar. Nenhum casal hoje em dia mantém uma relação desarmoniosa apenas com o fim de “manter as aparências”, como ocorria no passado. As estatísticas confirmam: apenas no ano passado, 206 mil casais brasileiros separaram-se (veja gráficos abaixo). “O medo de interromper uma relação por cau-

sas dos filhos depende do que se quer ensinar a eles. E não tem verdade maior do que ensinar que vale a pena ser feliz. Desse modo, não se corre o risco de que o filho repita um padrão de amor insofrito”, comenta a psicoterapeuta Lúcia Rosenberg. A maioria das separações é feita em “comum acordo” – 77% dos divórcios, segundo o IBGE. Portanto, possibilidades multiplicadas de novas “famílias” tornam-se possíveis, a partir dos casamentos desfeitos. É freqüente, através dos “recasamentos”, a convivência saudável de duas (ou mais) novas famílias formadas a partir da separação de um casal. “A possibilidade de se ter meio-irmãos ou ‘aproveitar’ um outro pai, ou seja, ter uma vivên-

cia mais comunitária, sempre existiu. A questão era que isso ficava taxado como uma prótese de família. Atualmente, as pessoas estão se assumindo mais nessas possibilidades”, explica Neyde Bittencourt. A vivência em um ambiente de pluralidade, criado com as novas opções familiares, reflete na formação do indivíduo. Para Lúcia Rosenberg, “essa família fragmentada aumenta o repertório das crianças. A mesma criança terá mais de um modelo masculino, pois terá o pai que a gerou e a figura masculina que casou com a sua mãe. Além disso, terá também mais de uma figura feminina. São mais contatos com modelos diferentes, criando menos estigmas e dogmas”. ●



legislação reserve a mesma possibilidade a solteiros de ambos os sexos. Nesse contexto, uma evolução que ainda encontra grandes resistências é, sem dúvida, a adoção de crianças por casais homossexuais, um tabu ainda a ser superado pela sociedade brasileira. ●

Descendência

Filho adotivo deixou de ser assunto secreto

Os principais motivos para que um casal adotasse um filho eram problemas médicos ou caridade. Portanto, “a adoção se fazia em cima de um fracasso. A adoção por esterilidade do casal vem carregada de sofrimento e de dor, e a criança órfã ou abandonada também advinha de um fracasso”, destaca Lídia Aratangy. Para complicar ainda mais as coisas, era uma praxe tentar esconder a “adoção” da sociedade e, muitas vezes, da própria criança. Os filhos adotivos eram disfarçados de filhos naturais, reforçando o preconceito contra o ato da adoção. “Na família tradicional brasileira, uma forma de adotar filhos era fazê-lo como se filho seu fosse. A pessoa ia diretamente à mulher que estivesse parindo e, na certidão de nascimento, as crianças eram registradas como se filhos fossem”, afirma a antropóloga Lia Zanotta, da UnB.

Assim como a própria dinâmica familiar, a prática da adoção também assumiu novos contornos. Hoje, o ato de adotar uma criança tem acontecido de forma planejada e sem as traumáticas ocultações. Uma primeira causa dessa mudança está no fato de as mulheres terem assumido carreiras profissionais, transformando a “adoção” em uma alternativa à geração natural. “O uso da adoção como um recurso pode ser muito bom”, continua Lídia. Há muitos casos de famílias em que as mães têm plenas condições de gerar filhos naturais, mas optam pela adoção, apostando na diferença como um fator enriquecedor. “Há famílias que adotam preferencialmente crianças diferentes, ou seja: famílias tipicamente brancas que adotam crianças negras ou japonesas; enfim, escolhem o diverso”, comenta Lúcia Rosenberg.

As mudanças de valores abrem as possi-

bilidades, permitindo que as novas famílias “possam absorver alguém que vem claramente visto como sendo de outra família e adotado de forma legal. Acredita-se cada vez mais que o sangue não tem tanta importância assim. Importa mais ser um pai social do que um pai de sangue”, observa Lia Zanotta. Também as adoções de crianças por adultos solteiros têm sido vistas com menos reservas pela Justiça, particularmente os casos de mulheres solteiras. Homens encontram maiores dificuldades, ainda que a

Número de separações/Brasil

	1987	1992	1997	2000
Separções judiciais	85.406	80.873	89.635	93.477
Divórcios	30.772	87.242	104.307	112.372
Soma	116.178	168.115	193.942	205.849

Fonte: Revista Veja

Número de casamentos/Brasil

	1987	1992	1997	2000
Casamentos	930.893	748.020	722.776	721.958

Fonte: Revista Veja

Tipo de processo na Justiça/Brasil – 2000

Consensual – 77%
Litigioso – 23%

Fonte: Revista Veja

Idade média nas separações/Brasil – 2000

	Homem	Mulher
Menos de 20	0,2%	3%
De 20 a 29	25%	36%
De 30 a 39	41%	38%
De 40 a 49	23,5%	18%
Mais de 50	10%	5%

Fonte: Revista Veja

Idade média nos divórcios/Brasil – 2000

	Homem	Mulher
Menos de 20	0,03%	1%
De 20 a 29	16%	27%
De 30 a 39	40%	39%
De 40 a 49	27%	22%
Mais de 50	17%	11%

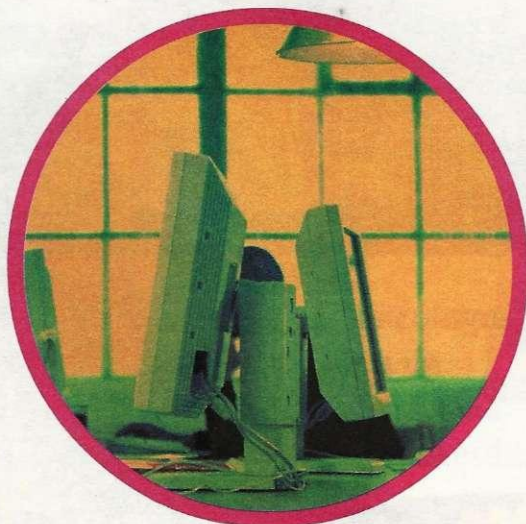
Fonte: Revista Veja

A opção de viver só, com os amigos e a Internet

Fenômeno característico das grandes cidades, a família 'de uma pessoa' é cada vez mais freqüente, marcada pela substituição do relacionamento familiar pelas amizades e pela vida profissional. "O que é necessário ao ser humano adulto? Ele precisa de mamãe, papai e filhinho, ou de uma rede social que lhe dê suporte? Os indivíduos 'unicelulares' fazem uma estruturação familiar com seus amigos", distingue Neyde Bittencourt do Instituto Familiar. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, a média nacional de homens vivendo sozinhos no Brasil é de 5,48%, sendo a cidade de Brasília recorde no setor, com um índice de 7,68%.

As mulheres sós representam uma taxa de 6,85%, sendo que no Rio de Janeiro elas ultrapassam à média, são 11,32% da população. A "opção" pela solteirice deu um salto enorme no início da década de 90, mas, "se essa tendência não foi totalmente revertida, foi pelo menos interrompida. Com as últimas crises econômicas e o aumento do desemprego, aconteceu uma reativação da família como núcleo de sustentação e de proteção", pondera Lídia Aratangi.

A vida só pode assumir várias formas, mas para ter qualidade não deve desprezar a necessidade do convívio e da solidariedade social. Um dos solteiros típicos é aquele que se afasta da vida familiar e opta por uma vida social intensa. "Os amigos são irmãos que nos permitiram escolher. Sempre existirá no mundo almas solitárias, assim como sempre existirão famílias com mães madrastas e pais patrões. Nesses casos, retirar-se do núcleo familiar é um benefício e o fato de se criar uma nova família com amigos é um sinal de esperança", afirma Lúcia Rosemberg. Contudo, muitas vezes a solidão tem uma característica pouco saudável de ruptura total dos laços sociais e o indivíduo passa a contar apenas consigo mesmo. A Internet é um mecanismo que pode propiciar esse tipo de atitude, na opinião de Lúcia: "Ela nos abre para o mundo em algumas questões, porém nos fecha para outras. Nos possibilita ficar em casa conversando com o mundo, o que é maravilhoso, mas também pode ser muito perigoso". ●



Mestrado em Psicologia

Linhas de Pesquisa:

Construção, Validação e Padronização de Instrumentos de Medida;
Avaliação Psicológica em Contextos da Saúde Mental;
Avaliação em Psicologia Educacional.

Início das aulas: 1º/8/2001

Informações:

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão
Apoio Executivo às Comissões de Pós-Graduação
Rua Alexandre Rodrigues Barbosa, 45
CEP: 13251-900 - Itatiba - SP
Tel.: (11) 4534-8040
4534-8046
Fax.: (11) 4524-1933
mestrado@usf.com.br
www.saofrancisco.edu.br/universidade/mestrado



UNIVERSIDADE
SÃO FRANCISCO

Instituto Milton H. Erickson de São Paulo

Promove curso de Hipnoterapia Ericksoniana e Educativa

Corpo Docente: Bayard Galvão, Dra. M. Margarida M. J. Carvalho e João Vanin
Início: 04 e 05 de agosto de 2001 (Inscrições abertas) | Fone: (11) 5584-8572
E-mail: miltonerickson@selfpsicologia.com.br | Site: www.hipnoterapia.net

O psicólogo e a privacidade na Internet

Uma questão que precisa ser muito bem pensada, a médio e longo prazo, diz respeito às políticas de privacidade. Já há sites de grandes empresas com serviços de orientação psicológica pela Internet, como o UOL, e há notícias de empresas que desejam instalar serviços semelhantes, mesmo que a longo prazo (nenhum serviço desse tipo foi ainda certificado pelo CFP). É preciso pensar seriamente sobre os riscos envolvidos. Quando uma grande empresa pode constituir bancos de dados com perfis psicológicos de cidadãos, o que isso implica para a liberdade política e a cidadania? Sabemos que garantir a privacidade não envolve só criptografia, mas evitar a possibilidade de abuso na utilização de banco de dados com informações "sensíveis" sobre clientes. Em outros países já existem ONGs especializadas em defender a privacidade dos cidadãos, já que a privacidade é considerada uma garantia de liberdade política ou democrática, em face da atitude predatória de algumas corporações. Uma das organizações mais atuantes é a Electronic Frontier Foundation (www.eff.org). Outro órgão importante é o Electronic Privacy Information Center (www.epic.org). Pode-se ter um exemplo de como algumas informações podem ser obtidas automaticamente sem o conhecimento do usuário, somente com sua conexão de Internet, acessando <http://privacy.net>. Outras informações são obtidas pelo cruzamento de dados. Um caso famoso de quebra de privacidade ocorreu quando a empresa DoubleClick fez um cruzamento de seu banco de dados com o banco de dados adquirido de outra empresa, o que possibilitaria que obtivesse o nome e o endereço de quem acessasse seus sites e os de seus parceiros comerciais, no que foi impedida judicialmente. Um caso similar e mais recente envolve a empresa Macy's, acusada de cruzar dados para obter informações e compartilhá-las com outras empresas, sem o consentimento dos usuários de um serviço de casamentos: nome, data de nascimento, número do cartão de crédito, endereço, cep, telefone, interesses, idade e e-mail, data e local do casamento, nomes, endereços e telefones dos convidados. A Electronic Frontier Foundation organizou protestos nesse caso. Talvez a violação não soe tão absurda aos brasileiros, que assistiram docilmente ao vazamento de dados informatizados de Imposto de Renda da Receita Federal. Ou talvez a sensibilidade esteja mudando, dada a reação ao caso de violação do painel de votação do Senado. Em princípio, todo sistema informatizado pode ser violado. E em princípio, bancos de dados podem ser cruzados, sem o conhecimento e o consentimento do usuário. Resta saber se essas práticas são legais.

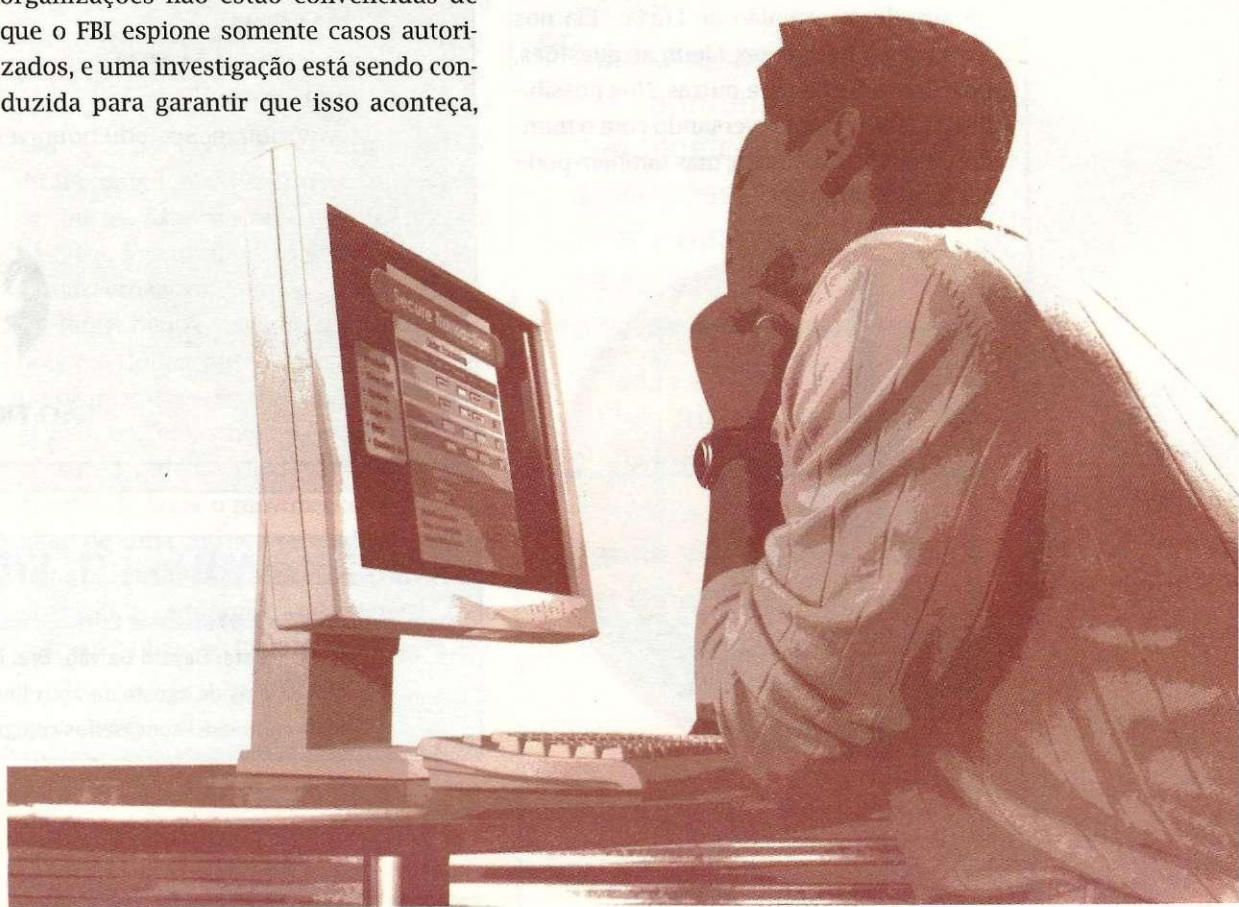
Compartilhamento de dados sem consentimento pode ocorrer na prática profissional do psicólogo. Um psicólogo pode inserir dados de um relatório de atendimento na intranet da empresa e não ter controle sobre quais outros funcionários, não psicólogos, também teriam a possibilidade de acessar o relatório, violando a necessidade de sigilo prevista no Código de Ética Profissional do Psicólogo. No caso de atendimentos via Internet - orientação psicológica ou mesmo atendimentos psicoterapêuticos prestados como parte de uma pesquisa certificada - a necessidade de proteção por criptografia é ainda maior. Pode ser que determinado usuário acredite que ninguém se interessaria em interceptar suas comunicações. Mas tecnicamente existe essa possibilidade, e não há garantias. Recentemente os jornais têm dado notícias de um sistema de captação mundial de comunicações por e-mail, telefone, fax, pager, rádio e telefones celulares denominado Echelon (Escalão). O Escalão foi projetado durante a guerra fria para monitorar o bloco soviético e com o seu término foi usado para prevenir crimes internacionais e terrorismo. A acusação é que está sendo utilizado, hoje, para espionar empresas, autoridades eleitas e cidadãos comuns na Europa e no mundo todo. Nos Estados Unidos, há um sistema similar para espionagem de e-mails chamado Carnivore, utilizado pelo FBI e em investigação pelo Departamento de Justiça. Um relatório para análise pode ser obtido em http://www.usdoj.gov/jmd/publications/carniv_entry.htm. O Carnivore é capaz de "grampear" o envio de e-mails. As organizações que defendem a privacidade na Internet se preocupam, principalmente, que haja regras para que esse "grampo" seja feito somente em casos especificados, quando há ordem judicial, ou para prevenir crimes e terrorismo. Mas as organizações não estão convencidas de que o FBI espione somente casos autorizados, e uma investigação está sendo conduzida para garantir que isso aconteça,

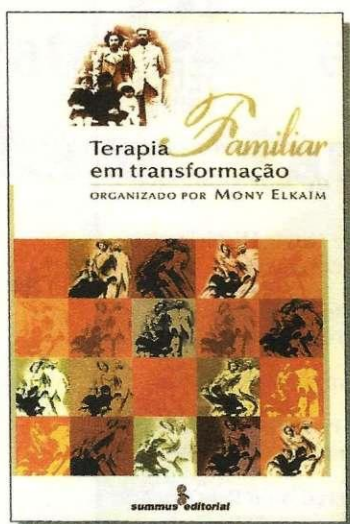
analisando inclusive as características técnicas do software.

Em resumo, no que se refere à garantia de privacidade nas comunicações online, podemos ter três tipos de recursos: 1) Recursos técnicos para garantir a privacidade, como criptografia, sites que permitem o envio de mensagens anônimas sem possibilidade de rastreamento, desde que usados criteriosamente, e análise da arquitetura dos softwares para verificar se sua estrutura apenas capta as informações legalmente autorizadas ou consentidas pelos usuários; 2) Recursos sociais, como ONGs ou mesmo órgãos públicos de vigilância sobre como as empresas e o próprio governo agem na manipulação dos dados dos cidadãos (e consumidores, clientes e pacientes); 3) Esclarecimento do público, por meio de uma prática de transparência dos sites, em que o usuário deve poder optar se os seus dados podem ser compartilhados com outras empresas e, no caso de pesquisas, deve dar seu consentimento e ser informado de sua utilização para a pesquisa, com benefícios a si mesmo ou difusos. Nesse sentido, órgãos de classe como os Conselhos de Psicologia têm um papel importante a cumprir, no sentido de esclarecer os psicólogos e os usuários sobre a importância da transparência dos sites relativamente a como lidam com os dados coletados, como os guardam e como os utilizam respeitando o disposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo e demais Resoluções.

GT ATMC

gtatmc@crpsp.org.br





Terapia Familiar em Transformação

Mony Elkaïm (org.), Summus Editorial,
224 págs., R\$ 28,40

Ser organizada por Mony Elkaïm, por si, já confere credibilidade a essa publicação. Trata-se de um terapeuta familiar reconhecido e admirado pelas suas inúmeras contribuições ao campo da Terapia Familiar – teóricas, clínicas e de formação do terapeuta. Esse livro, da mesma forma que outros já traduzidos para o português – “Se Tu Me Amas, Não Me Ame”; “Panoramas da Terapia Familiar” (2 volumes) –, apresenta-se como uma importante contribuição. Graças à heterogeneidade de sua organização, essa publicação poderá interessar a terapeutas familiares em geral, formadores e alunos em formação; tanto os envolvidos na prática clínica como os fascinados pelas questões teóricas e epistemológicas.

Intercâmbios clínicos e teóricos na terapia familiar

O livro apoia-se na expansão do campo das terapias familiares, que inclui não só elementos históricos, mas também o questionamento da própria referência sistêmica. Para Mony, a compreensão dessa evolução exige dos clínicos o conhecimento do embasamento teórico que contextualiza a derivação de suas práticas. Assim situada, essa obra foi dividida em duas partes: a primeira favorecendo os intercâmbios clínicos, e a segunda abordando questões teóricas, epistemológicas, de acordo com um recorte transdisciplinar.

Mony reúne, na primeira parte, um território bastante amplo e diversificado de práticas clínicas: Whitaker, Mara Selvini Palazzoli, Haley, Sluzki, Cecchin, Boscolo, Peggy Penn, Watzlawick, Édith Goldbeter-Merinfeld e Stierlin, além dele próprio. A entrevista simulada por Whitaker é um exemplo clássico de uma terapia de acordo com um modelo de Cibernética de Primeira Ordem, no seu segundo momento (ampliação de desvio, por meio da indução de crise). Enquanto Mara Selvini questiona o referencial sistêmico para a terapia, clínicos como Sluzki, Peggy Penn, Cec-

chin, Boscolo e Elkaïm descrevem suas práticas com ênfase na linguagem e na auto-referência, apontando para o papel do terapeuta na construção das realidades com as quais trabalha. Contudo, os capítulos escritos por Sluzki e por Stierlin, a meu ver sintéticos demais, poderão ter sua compreensão restringida para os não familiarizados com as idéias desses autores.

A segunda parte do livro, a maior contribuição que esta obra oferece ao leitor, transita em torno das questões de construção do conhecimento, em particular da noção de auto-referência e da emergência do observador. Dentre o denso e o poético, o formal e o estético, os capítulos desta parte transitam entre análises, reflexões e citações, cada uma das quais um convite para emergirmos como observadores, tecendo nossas próprias distinções, num cruzamento entre o que lemos aqui e nossas próprias idéias.

Marilene Grandesso

Psicóloga e terapeuta de Família, Casal e Indivíduo; presidente da Assoc. Paulista de Terapia Familiar – APTF e profa./supervisora da PUC SP.



Metaconceitos, Transcendendo os Modelos de Terapia Familiar

Douglas C. Breunlin, Richard C. Schwartz, Betty Mac Kune-Karrer. Artmed Editora, 332 págs., R\$ 31,20

“Metaconceitos” é uma das abordagens mais abrangentes desenvolvidas no campo da terapia familiar durante a década de 90. Utilizando a abordagem sistêmica, essa obra apresenta uma visão holística da terapia familiar que inter-relaciona diferentes modelos. Isso vem ajudar enormemente a compreensão dos sistemas humanos, em suas múltiplas formas. Durante as décadas de 80 e 90, houve grande variação e polarização entre as diferentes escolas, cada uma delas baseada em diferentes pressupostos

Além das fronteiras teóricas

e utilizando técnicas terapêuticas distintas.

Os alunos, ao frequentarem programas de treinamento em terapia familiar, nos quais são expostos a supervisões em diferentes modelos, sentem grande dificuldade ao tentar integrar essas várias abordagens. Além disso, alunos vindos de uma tradição psicodinâmica, ao tentar incorporar a abordagem intrapsíquica, sentem que precisam abandonar uma visão sistêmica por uma linear psicanalítica, método originalmente proscrito pelos pioneiros da terapia familiar. A necessidade de um modelo integrativo capaz de unir as diferentes modalidades e ao mesmo tempo ampliar as limitações dos modelos individuais tornou-se premente.

Os autores dessa obra tentaram ir além das fronteiras teóricas que dividiam o campo da terapia familiar ao criar um meta-modelo que demonstra conexões anteriormente consideradas incompatíveis, permitindo aos teóricos encarar seus modelos como um dentre vários de uma ecologia de modelos. Eles identificaram cinco padrões utilizados na terapia familiar e acrescentaram um sexto padrão, não explorado. Os cinco padrões básicos ou “me-

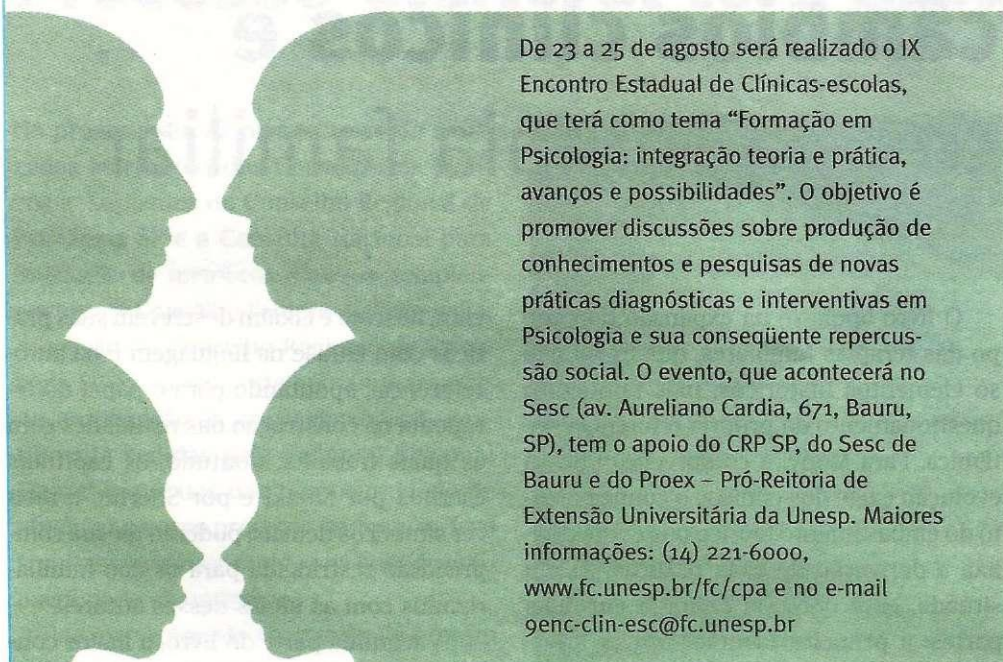
taconceitos” são: seqüências de interação, organização familiar, desenvolvimento, cultura e gênero. O sexto “metaconceito” refere-se aos processos internos dos indivíduos, anteriormente negligenciados no campo da terapia familiar sistêmica.

Ao se aplicar o pensamento sistêmico aos processos internos, pôde-se entender os padrões de interação dentro dos indivíduos e entre eles e, assim, vincular processos internos a sistemas externos, como os familiares, sociais e culturais. Essa abordagem se difere de uma abordagem eclética que utiliza diferentes teorias, sem conectá-las de maneira significativa. A idéia é simples: não se trata de avaliar qual modelo é melhor que o outro, mas de se considerar que cada modelo é verdadeiro, porém parcial. Os autores oferecem diretrizes de como aplicar “metaconceitos” em um contexto clínico, o que permite aos terapeutas obterem uma visão holística, sem abandonar seus estilos e pressupostos anteriores.

Heloisa da Cunha Bueno Garman

Doutorada em Psicologia pela Illinois School of Professional Psychology Chicago, Illinois, EUA.

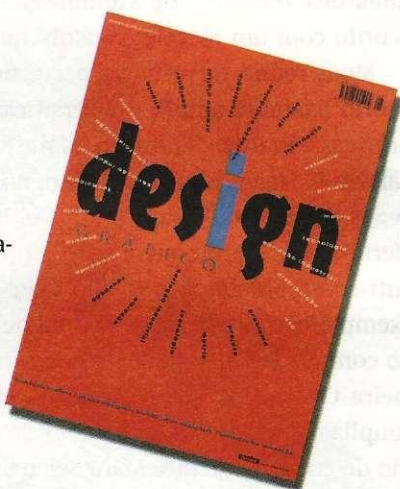
Clínicas-escolas debatem integração de teoria e prática



De 23 a 25 de agosto será realizado o IX Encontro Estadual de Clínicas-escolas, que terá como tema "Formação em Psicologia: integração teoria e prática, avanços e possibilidades". O objetivo é promover discussões sobre produção de conhecimentos e pesquisas de novas práticas diagnósticas e interventivas em Psicologia e sua conseqüente repercussão social. O evento, que acontecerá no Sesc (av. Aureliano Cardia, 671, Bauru, SP), tem o apoio do CRP SP, do Sesc de Bauru e do Proex - Pró-Reitoria de Extensão Universitária da Unesp. Maiores informações: (14) 221-6000, www.fc.unesp.br/fc/cpa e no e-mail genc-clin-esc@fc.unesp.br

Revista destaca projeto gráfico do "Psi"

O projeto gráfico deste jornal continua chamando atenção. Lançado há dois anos, durante as comemorações do Dia do Psicólogo, o projeto gráfico foi comentado pela revista especializada "Design Gráfico" do mês de junho, que o caracterizou como "um jornal de leitura agradável e um visual clean".



Cadastre-se para receber o Informativo Psi/CRP SP

Para receber o Informativo virtual do Conselho diretamente em seu e-mail basta entrar na Internet e digitar o endereço www.crp.org.br. Em seguida, clique na entrada "Serviços", opção "Informativo CRP SP" e preencha a "Ficha" com seu endereço eletrônico. Você vai ficar por dentro do que acontece com a Psicologia!

sextas éticas

Sextas Éticas tem nova data

O Ciclo de Debates "Sextas Éticas", cujo tema é "A Subjetividade em Questão", tem nova data para a realização do debate que seria efetuado em 25 de maio e foi cancelado por motivo de força maior. Confira a programação completa:

24/08 - "Sobre o suposto autor da autobiografia de Nietzsche"

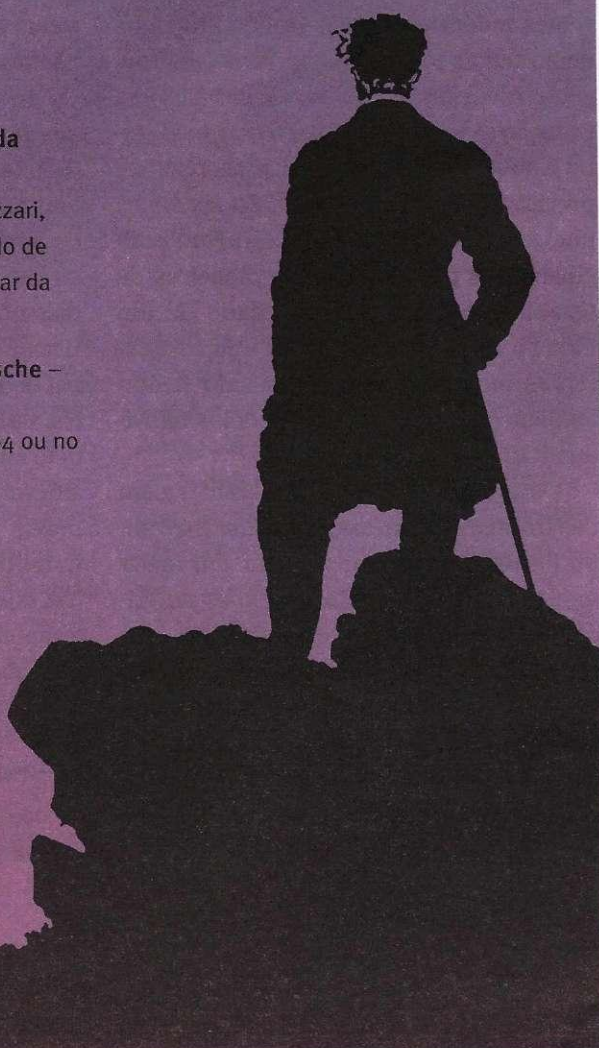
às 20h00, com Sandra Kobol Fornazzari, profa. de Filosofia da Univ. do Estado de SC, e Alfredo Naffah Neto, prof. titular da PUC SP.

Lançamento dos Cadernos Nietzsche - nº 11, a partir das 21h30.

Maiores informações: (11) 3061-9494 ou no site www.crp.org.br

21/09 - "Do dilaceramento do sujeito à plenitude dionisíaca"

às 20h00, com Scarlett Marton, profa. doutora e livre-docente em Filosofia da USP, coord. do GEN-, editora dos Cadernos Nietzsche e da Coleção "Sendas e Veredas"



CURSOS DE EXPANSÃO CULTURAL



Início em meados de agosto com duração máxima de um semestre

- A Arte de Contar e Ouvir Histórias na Contemporaneidade
- A Clínica da Dependência de Drogas: Uma Introdução
- A Eutonia e o Corpo do Terapeuta
- A Importância do Psicodiagnóstico na Prática Clínica com Adolescentes
- A Filosofia como Exercício do Pensamento: Uma Introdução à Leitura de Gilles Deleuze
- Aids e Drogas: Construindo Projetos de Prevenção
- Arte: Ampliação do Campo da Consciência
 - Arte do Movimento - I
 - Arte do Movimento - II
- As Possibilidades do Contador de Histórias no Mundo Contemporâneo
- Auto Conhecimento pelo Corpo: Um Caminho no Processo de Individuação
- Caminhos da Psicanálise em Instituições de Saúde
- Da Arqueologia do Saber à Genealogia do Poder: Uma Introdução ao Pensamento de Michel Foucault
- Dialogando com a Deficiência: Exercitando o Inverso
- Oficinas Voltadas a Questão da Inclusão
- Do Ciclo Grávido-Puerperal ao Primeiro Ano de Vida Uma Visão Corporal Reichiana
- Educação Postural: Um Caminho para o Autoconhecimento. Construção do Corpo
 - Introdução à Clínica Corporal com Crianças
 - Introdução à Clínica Junguiana do Psicodiagnóstico à Intervenção Clínica
- Introdução à Gestalt-Terapia: Contatando Teórico e Vivencialmente a Gestalt-Terapia, sua Aplicação e Desenvolvimento na Relação Terapeuta-Cliente
- Introdução de Arte-Terapia
 - Massagem: Percepção, Saúde e Transformação
 - Movimento Expressivo e Desenvolvimento Simbólico do Corpo
- O Arquétipo do Caminho, a Individuação através da Arte do Movimento Expressivo
- O Desenvolvimento do Raciocínio Clínico na Prática Psicoterapêutica
- Psicologia do Esporte e sua Aplicação Social
 - Psicopatologia e Psicofarmacologia para Psicólogos e Profissionais Afins
 - Relações Parentais e o Primeiro Ano de Vida do Bebê
 - Sonhos: Mensageiros do Self
 - Trabalhando com Grupos

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

A partir de junho de 2001
Rua Ministro Godoy, 1484
Perdizes, São Paulo/SP
Tel: 3866-2731 / 3866-2732 / 3866-2734
<http://www.sedes.org.br>
e-mail: sedes@sedes.org.br

X Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental

De 20 a 23 de setembro de 2001
Realização: ABPMC (Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental)
Local: Hotel The Royal Palm Plaza | Campinas | SP
Informações e Inscrições:
tels.: (19) 3253-6833, 3253-6612 e 3253-0800
e-mail: abpmc@abpmc.org.br | site: www.abpmc.org.br

O atendimento domiciliar em Psicologia

A prática em atendimento domiciliar na área da saúde vem crescendo, nos setores público e privado, com argumentos que vão desde a relação custo-benefício até a busca da humanização do tratamento. O atendimento domiciliar (muitas vezes denominado *home care*) em Psicologia é uma modalidade de atuação ainda pouco conhecida pela maioria dos psicólogos e que tem trazido algumas questões referentes à sua natureza e aos problemas éticos que podem estar envolvidos.

Ele pode ser definido como o atendimento que o profissional faz a pessoas que apresentem dificuldades ou impedimentos de locomoção, devido a patologias ou outros motivos que as impedem de se dirigir ao hospital ou ao consultório para receber tratamento. Em alguns casos, o trabalho envolve orientação à família ou ao responsável pelos cuidados prescritos ao paciente. O pedido ou a indicação para o atendimento psicológico domiciliar pode ser feito pelo próprio paciente, por seus familiares, pelo médico ou pela equipe de saúde que o assiste. A partir disso, o psicólogo deve proceder uma avaliação, identificando as necessidades do atendimento.

Feito um psicodiagnóstico situacional, o psicólogo poderá propor uma psicoterapia ao paciente e/ou para o cuidador. A partir da indicação e após a concordância do paciente, é combinado o dia/hora e a periodicidade do atendimento. É interessante ter sempre uma hora marcada, para que o paciente possa se organizar. De um lado, o trabalho do psicólogo inclui compreender e traduzir as representações do paciente sobre seu processo. Por outro lado, cabe-lhe também traduzir o paciente para a equipe de saúde, informando sobre sua psicodinâmica e facilitando esse relacionamento.

Ouvindo psicólogos familiarizados com essa modalidade de atendimento, a Comissão de Orientação do CRP SP pontuou algumas questões éticas que se colocam nessa situação. Por exemplo, ao entrar na casa de um paciente o psicólogo estará em contato com muitas informações e dados que o paciente não escolheu revelar. Isso requer cuidado. O profissional deve abordar apenas o conteúdo que o paciente lhe trouxe ou as situações que tenha presenciado. Também pode ser constrangedor para a família do paciente receber o psicólogo em sua casa. Muitas ve-

zes, a família não sabe como posicionar o psicoterapeuta: como visita, como um amigo ou familiar. Mesmo quando o psicólogo integra uma equipe de atendimento domiciliar, essas considerações são pertinentes.

É compreensível que a família se depare com essas dificuldades, pois estará enfrentando uma situação nova. Cabe portanto ao profissional delinear seu espaço, seus limites e suas possibilidades. O psicólogo que cuida de um paciente em sistema *home care* deve ter cuidado para não se envolver em questões familiares, domésticas e particulares. Deve se nortear pelo fato de que está ali a serviço da pessoa a ser atendida e não da família, a menos que a questão envolva diretamente o paciente. Alertamos para a necessidade de se levar em conta a abordagem teórica que fundamenta a intervenção psicológica e que pode levar a discussões mais aprofundadas sobre o contrato e os vínculos estabelecidos. A ética em seu entendimento mais amplo é respeitada na medida em que o atendimento domiciliar é avaliado como a única forma de que se dispõe em dado contexto para atenuar o sofrimento da pessoa ou da família. ●

Agenda

Julho

- [26] **Ciclo de Debates “Temas em Psicologia do Esporte”**
Tema: Psicologia do Esporte na Atividade Física. Coordenação: Comissão do Esporte. Horário: 19h30. Local: Auditório da sede do CRP SP.
- [26 a 28] **III Congresso da Sociedade Brasileira de Terapia Cognitiva**
Coordenação: Sociedade Brasileira de Terapias Cognitivas. Local: Centro de Convenções Rebouças, Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 23, São Paulo, SP. Informações: (11) 289-4263 / 28907603, [site: www.sbtc.org.br](http://www.sbtc.org.br)

Agosto

- [03 e 04] **I Encontro dos Profissionais do Sistema Penitenciário**
Coordenação: Comissão de Justiça e Direitos Humanos. Local: Campus da Unesp/Bauru, Anfiteatro Gulhermão, Av. Engenheiro Luís Coube, s/nº, Bauru – SP.
- [04] **Fórum Paulista da Luta Antimanicomial**
Horário: das 10h00 às 13h00. Local: Auditório da sede do CRP SP.

- [11] **Ciclo de Debates “Desafios da Formação nas Diversas Práticas da Psicologia”**
Tema: O Psicólogo na Saúde: Debatendo a Formação e suas Implicações para a Prática Profissional.
Coordenação: Comissão de Saúde. Horário: das 9h00 às 16h00. Local: Auditório da sede do CRP SP.
- [20 a 27] **Semana do Psicólogo**
Eventos comemorativos do Dia do Psicólogo, 27 de agosto, segunda-feira, dia também das eleições para o CRP SP e para o CFP. Confira a programação na sede e na subsede do Conselho de sua região e participe!
- [23 a 25] **I Encontro Paraibano de Avaliação e Medida em Psicologia – “A Diversidade da Avaliação Psicológica no Contexto da Sociedade Contemporânea”**
Organização: CRP-13ª Região. Local: Ouro Branco Praia Hotel, João Pessoa, PB. Informações: (83) 244-4246 / 244-4151, e-mail: crp13@uol.com.br

Setembro

- [01] **Fórum Paulista da Luta Antimanicomial**
Horário: das 10h00 às 13h00. Local: Auditório da sede do CRP SP.

Outubro

- [06] **Fórum Paulista da Luta Antimanicomial**
Horário: das 10h00 às 13h00. Local: Auditório da sede do CRP SP.
- [19 a 21] **IX Simpósio Nacional da Associação Junguiana do Brasil (AJB)**
Organização: IPAC – Instituto de Psicologia Analítica de Campinas. Local: Hotel Majestic, Águas de Lindóia, SP. Informações: (11) 3361-3056, Fax: (11) 3361-3089, e-mail: jung@eventus.com.br, site: www.eventus.com.br/jung
- [24 a 28] **XXXI Reunião Anual de Psicologia**
Organização: Sociedade Brasileira de Psicologia. Local: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Informações: www.netsite.com.br/sbp

Atenção:

Auditório do CRP SP
Rua Arruda Alvim, 89, Jd. América, São Paulo, SP | Informações: (11) 3061-9494
e-mail: info@crpsp.org.br | site: www.crpsp.org.br